

Considerações sobre o “Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reasentadas - Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas”

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS - GESTA

Projeto de Extensão: Observatório dos Conflitos Ambientais no estado de Minas Gerais
(SIEX-401618)

Coordenação: Prof^a. Dr^a. Andréa Zhouri

Sub-coordenação: Profa. Dra. Ana Flávia Moreira Santos

Belo Horizonte, novembro de 2014

EQUIPE

Profª Drª Andréa Luisa M. Zhouri (GESTA – FAFICH – UFMG) – Coordenação

Profª Drª Ana Flávia Moreira Santos (GESTA – FAFICH – UFMG) – Sub-coordenação

Marcos Cristiano Zucarelli (Doutorando em Antropologia – GESTA – UFMG)

Marina Abreu Torres (Graduanda em Ciências Sociais – GESTA - UFMG)

Laura Moura Martins (Graduanda em Ciências Sociais – GESTA - UFMG)

Clarissa Godinho Prates (Graduanda em Ciências Socioambientais – GESTA – UFMG)

Luciana da Silva Sales Ferreira (Graduanda em Antropologia – GESTA – UFMG)

Yasmin Antonietti (Graduanda em Ciências Socioambientais – GESTA - UFMG)

O Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais (GESTA), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é um núcleo de pesquisa registrado no diretório de núcleo de pesquisas do CNPq desde 2001. Detentor de reconhecido expertise na área de licenciamento ambiental, desde 2011 o GESTA desenvolve pesquisa e assessoria junto aos Atingidos pelo Projeto Minas – Rio, em Conceição do Mato Dentro e entorno, empreendimento cujo licenciamento em Minas Gerais é de responsabilidade da SUPRAM-Jequitinhonha.

I Introdução

O presente parecer tem como objetivo apresentar uma análise sobre o “Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas – Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas”, elaborado pela empresa de Consultoria Diversus.

Cumprir, inicialmente, estabelecer aquele que seria o sentido inicial do trabalho da Empresa de Consultoria Diversus no âmbito do processo de Licenciamento do Empreendimento Minas-Rio, da Anglo American.

Trata-se da produção de informações acerca da definição e caracterização do universo de atingidos, informações estas que deveriam ter sido apresentadas ainda na fase da licença prévia, fundamentais que são à formação do juízo de viabilidade ambiental do empreendimento. Condicionantes visando suprir as grandes deficiências do EIA-RIMA a este respeito foram estabelecidas para a formalização da licença de instalação “fase 1”. Não obstante, muitas das condicionantes constavam, no parecer único que instruiu a concessão da licença de instalação “fase 1”, com status indefinido, a avaliação qualitativa ‘sugerindo’ o não cumprimento (45, 51, 55.1, 55.2, 55.7, 56, 57.3). A própria fragmentação da LI entre “fase 1” e “fase 2” contribuiu para, mais uma vez, se postergarem medidas essenciais não só ao conhecimento da população afetada¹, como ao dimensionamento dos impactos por ela sofridos, entre as quais a apresentação dos “resultados do Cadastro Patrimonial e Social, (...) de acordo com cada categoria de atingidos e os anteprojetos de reassentamento rural” (Ver Parecer Único SISEMA no.

¹ Assim, por exemplo, o cumprimento das condicionantes da LP 55.3, 55.4, 55.5, 55.6, 55.9, foi postergado para Licença de Instalação “fase 1).

002/2009, Anexo II – Planilha de Condicionantes, PA COPAM no. 472/2007/004/2009).

Entretanto, impactos de magnitude significativa já eram sentidos nas comunidades do entorno do empreendimento desde a fase da pesquisa, razão de Termo de Ajustamento de Conduta assinado pela MMX, então empreendedora, ainda em 2007², antes mesmo da licença prévia. Parte dos danos e prejuízos sofridos à época pelos moradores ficou anotada em declarações e boletins de ocorrência registrados pelos atingidos, entre outras manifestações, além de relatórios técnicos do Ministério Público Federal (Ministério Público Federal, Informações Técnicas de 2009 e 2010). Cumpre observar que moradores cujo reconhecimento é somente agora proposto, vêm denunciando impactos e perdas desde pelo menos o ano de 2008 (ver anexo 1).

A situação se agravou sobremaneira ao final de 2009, com o avanço das obras do mineroduto – com licença de instalação desde 7 de março de 2008 –, e início das obras da mina, cuja licença de instalação “fase 1” fora concedida em dezembro daquele ano. Em fevereiro de 2010, atingidos e entidades ambientalistas expuseram ao então Subsecretário de Estado de Gestão Integrada, Ilmar Bastos Santos, a gravidade da situação (ver anexo 2), relatando o assoreamento e degradação dos córregos Passa Sete e Pereira, poeira excessiva, barulho, holofotes, trânsito intenso e caótico, violenta pressão sobre proprietários, posseiros, herdeiros, para abandono das terras e negociação de propriedades de interesse da empreendedora Anglo American. Dentre as medidas então determinadas, uma vistoria conjunta dos técnicos do IBAMA e SISEMA, realizada entre 17 e 19 de março, registrou a alta turbidez e o assoreamento de cursos d’água utilizados pelas comunidades atingidas (ver anexo 3).

Na mesma vistoria restou também comprovado que a superposição de polígonos referentes à mina (licenciada pelo SISEMA) e à área de partida do mineroduto (licenciado pelo IBAMA) haviam invisibilizado diversas famílias – que, desconsideradas pelo licenciamento do IBAMA, e ainda não efetivamente consideradas pelo licenciamento do SISEMA, restavam ilhadas em meio às obras já em pleno curso. É preciso salientar que a fragmentação do licenciamento das necessárias estruturas do

² O termo de ajustamento de conduta, firmado entre o SISEMA e a empreendedora, então MMX, é mencionado no parecer único que subsidiou a concessão da LP. A condicionante 49, a ser cumprida em um prazo de 30 após a concessão da LP, exigia a apresentação “da avaliação do impacto socioeconômico negativo consequente da fase de pesquisa minerária do empreendimento”. Não foi considerada cumprida na avaliação das condicionantes feita em novembro de 2009, que constou do parecer único 002/2009 (Ver Parecer Único SISEMA No 001/2008, p. 50 e 139, P.A COPAM No 472/2007/001/2007; Parecer Único SISEMA no. 002/2009, Anexo II – Planilha de Condicionantes, PA COPAM no. 472/2007/004/2009).

empreendimento Minas-Rio (mina-mineroduto-porto) constituiu estratégia deliberada das empresas empreendedoras, vez que o licenciamento da mina só foi formalizado (2007) após a concessão da LP ao mineroduto (2006). Proposital, esse descompasso – associado às protelações de estudos para fases posteriores do licenciamento e à ineficácia de medidas mitigadoras, ou mesmo sua inexistência³ –, foi, indubitavelmente, a principal causa pela qual “famílias residentes nestas comunidades conviveram com impactos como a geração de ruídos, o assoreamento de cursos d’água, a instauração de processos erosivos e incômodos diversos, dentre outros” (DIVERSUS, 2014: 22). A falta de coordenação e concatenação entre as várias instâncias do SISNAMA foi prontamente informada pelos atingidos a todas as autoridades competentes (ver Anexo 4).

Em meio ao caos vivenciado pelas comunidades, o Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, através de seu Subsecretário, entrevistou diretamente no processo de licenciamento, determinando um conjunto de medidas, entre as quais a condicionante 91, que estabeleceu o Termo de Acordo da UHE Irapé como parâmetro mínimo para as negociações entre empreendedor e famílias atingidas. A mesma condicionante foi posteriormente alterada, dela constando a elaboração de “um cadastro socioeconômico e patrimonial dos atingidos pelo empreendimento da área diretamente afetada, e cadastro socioeconômico da área indiretamente afetada pelo empreendimento”, em um prazo de 60 dias (Decisão da 42ª Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha, realizada em 13/05/2010). Na 43ª Reunião Ordinária (10/06/2010), foi deliberada pela URC a realização de um laudo “por empresa independente, de notório saber técnico, a ser indicada pela Comissão de Atingidos, relativamente à caracterização da ADA-área diretamente afetada e AID – área de influência direta”.

A empresa de consultoria Diversus foi escolhida para realizar o estudo. Conforme a deliberação da 43ª Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha, previamente à realização dos mesmos, a metodologia foi apresentada aos Conselheiros, à Comissão

³ Como se depreende do seguinte trecho, à página 5 do Auto de Fiscalização no. S - 0143/2010, do SISEMA: “A partir deste ponto, a água da chuva é direcionada para uma área situada em cota abaixo do “grade” da rodovia onde a mesma se infiltra em um terreno brejoso. Destaca-se que a poucos metros da margem direita do leito estradal da MG-010 passa o Córrego Pereira, que recebe toda drenagem vinda da atividade de terraplenagem executada no local (fotos 13 e 14). No local, **não foi verificado medidas efetivas para mitigar o carreamento de sólidos pelas águas da chuva, sendo tal fato verificado** (foto 16). Recomenda-se a instalação de estruturas de contenção de sedimentos antes e após a saída de água das referidas manilhas com finalidade de evitar carreamento de sólidos para o curso d’água citado; . Foi ressaltado pelos Srs. Lúcio Guerra e José Adilson Miranda que o curso d’água que passam por suas propriedades (Córrego Pereira), as quais se encontram a jusante dos pontos de intervenção das obras do mineroduto, vem sendo afetados pelo carreamento de sedimentos” (grifos nossos).

de Atingidos, à Empreendedora e à SUPRAM, sua aprovação constando na Ata da 45ª Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha (linhas 428 a 431), publicada em Diário Oficial (Publicações do Diário Oficial, Terça-feira, 17 de Agosto de 2010 – URC Jequitinhonha/COPAM).

Não obstante tratar-se, a 91, de condicionante destinada a corrigir a **precariedade e insuficiência das informações até então produzidas pelo empreendedor (EIA-RIMA) sobre o universo sociocultural afetado pelo empreendimento**, do qual não se conhecia a extensão territorial ou as relações que se estabeleciam entre famílias e terras; não obstante o fato de que o avanço das obras necessariamente degradaria as condições de vida nas comunidades do entorno do empreendimento, a URC Jequitinhonha, em sua 49ª Reunião Ordinária, realizada em dezembro de 2010, concedeu ao empreendimento Minas-Rio, a licença de instalação “fase 2”, sem que o estudo da Diversus estivesse concluído. A questão foi, mais uma vez, postergada para a fase seguinte do licenciamento, através de nova condicionante, de número 70, que determina a inclusão, “no novo Programa de Negociação Fundiária realizado a partir da condicionante 91, [d]os novos moradores considerados diretamente impactados/atingidos pelo levantamento que está sendo realizado pela empresa Diversus” (ver Parecer Único no. 75745/2010 SUPRAM-JEQUITINHONHA, indexado ao processo no. 00427/2007/004/2009).

O *Diagnóstico Socioeconômico e Cultural da Área Diretamente Afetada e Área de Influência Direta da Mina da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.)*, elaborado pela Diversus, foi protocolado na SUPRAM em agosto de 2011. Em suas conclusões, o Diagnóstico identificou um universo de **22 (vinte e duas) comunidades rurais afetadas**, localizadas no entorno do empreendimento. Tais comunidades se caracterizam por uma presença antiga e consolidada no território, fortes vínculos de parentesco, formas específicas de apropriação e uso do território, envolvendo a conjugação de posses camponesas a sistemas de uso comum – terras de herança –, economia agrícola de tipo familiar, produção para o mercado (farinha de mandioca, quitandas, doces, queijos).

Dúvidas foram levantadas acerca da ausência de uma “lista” que enquadrasse as famílias entre “direta” e “indiretamente” atingidas, o Diagnóstico evidenciando que as territorialidades locais, associadas às redes de relações sociais existentes intra e intercomunidades, impossibilitavam esse enquadramento (DIVERSUS, 2011, p. 304/305). Note-se que tais dúvidas constituíam, na verdade, um desacordo em relação

ao que fora decidido na 42ª Reunião Ordinária da URC, qual seja: “que o cadastro social **será as relações sociais dos atingidos**, com quantidades de pessoas da família, **laços com a comunidade, o que está sendo atingido e de que forma está sendo atingido, enfim, todas as questões sociais dos moradores das propriedades**. O cadastro patrimonial são os bens existentes, todas as benfeitorias das propriedades” (ATA DA 42ª URC JEQUITINHONHA, maio de 2010). Ainda assim, visando esclarecer as dúvidas, em 2012 a empresa Diversus apresentou um “Adendo ao Diagnóstico Socioeconômico”, encaminhado à SUPRAM por meio de ofício datado de 28/08/2012 (protocolo no. 965, de 12/09/2012).

O andamento regular do processo demandaria a submissão do estudo à URC Jequitinhonha. Esta medida foi protelada, contudo, durante mais de um ano, tendo sido a questão apreciada apenas nas 77ª e 78ª Reuniões Ordinárias da URC, realizadas em 18/09 e 22/10/2013, respectivamente, após a consubstanciação de parecer único SUPRAM que, com base em relatório contratado diretamente pela empreendedora Anglo American, “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração (Mina)” realizado pela empresa Ferreira Rocha, Gestão de Projetos Sustentáveis, recomendava considerar, como universo de atingidos, tão somente as comunidades mencionadas no EIA-RIMA, em que pese a já estabelecida insuficiência dos dados contidos no EIA a propósito do universo de comunidades afetadas. Na 78ª Reunião Ordinária, a URC deliberou pela complementação do estudo, pela própria empresa Diversus.

No último dia 29 de setembro, em reunião aordinária, a URC Jequitinhonha concedeu a licença de operação ao empreendimento Minas-Rio, sem ter avaliado e deliberado acerca do novo estudo da Diversus. Informações importantes, que deveriam ter sido avaliados ainda na fase de licença prévia, foram, assim – chegada a última etapa do licenciamento – novamente desconsiderados.

II A metodologia utilizada no novo estudo da Diversus

Na qualidade de assessores técnicos dos atingidos de Conceição do Mato Dentro, organizados através da REAJA – Rede de Articulação e Justiça Ambiental, o GESTA teve oportunidade de analisar a metodologia apresentada pela Empresa Diversus, tecendo uma série de observações. Partindo da avaliação de que o estudo seria

determinante para o futuro e a qualidade de vida das comunidades do entorno do empreendimento Minas-Rio, foram feitas várias considerações, que visavam redimensionar a metodologia proposta, buscando garantir, sobretudo:

- 1) Que a metodologia tivesse uma nítida orientação etnográfica, consistindo em trabalhos de campo junto às comunidades atingidas, de modo a apreender a complexidade das relações constitutivas desse universo, e tomá-la como base das avaliações;
- 2) Que ela tivesse uma forte dimensão participativa – a proposta de deslocamento ou de permanência das famílias devendo estar lastreada em um entendimento claro e informado, firmado conjuntamente entre equipe e atingidos, acerca das condições a que as pessoas seriam submetidas caso permanecessem ou fossem realocadas. No documento produzido pelo GESTA, “Comentários e Sugestões do GESTA/UFMG sobre Metodologia protocolada pela Diversus para apreciação na 78a. Reunião da URC Jequitinhonha” foi sugerido que a metodologia da Diversus incluísse “avaliar, de forma participativa, com as referidas comunidades, as possibilidades futuras quanto à permanência ou não das mesmas” (GESTA, 2013, p.2, ver anexo 5).

Elaboradas sob a forma de sugestões, com intuito colaborativo, as observações foram levadas ao conhecimento do Ministério Público Estadual (contratante da Diversus) e à URC Jequitinhonha. Em que pese representantes dos atingidos terem demandado a incorporação das mudanças sugeridas, elas não foram acatadas pela URC. A metodologia da Diversus permaneceu inalterada, baseada em “vistorias” e “visitas técnicas” – e não em trabalho de campo etnográfico –, com um espaço exíguo para a participação. Na avaliação do GESTA, tal desenho conduz a uma análise compartimentalizada e descontextualizada dos impactos, pouco sensível à consideração dos modos de vida, das redes de relações sociais, e das interações com o ambiente.

No que diz respeito à descrição das atividades efetivamente cumpridas, observam-se graves lacunas, inaceitáveis em um trabalho que se pretende científico. Afirma-se que adequações foram realizadas, mas elas não são descritas. Sabe-se, entretanto, que elas não foram insignificantes, posto que não realizada a etapa fundamental para a informação e a participação dos atingidos: a reunião inicial.

Em um trabalho científico, é praxe discriminar, de modo transparente, os períodos de viagem e as atividades desenvolvidas em campo. No entanto, a Diversus não informa quando cada membro da equipe foi a campo, onde estiveram e quais atividades desenvolveram:

Os dados primários foram obtidos através de pesquisa de campo que contemplou a um só tempo a observação e análise de aspectos relevantes para o trabalho e a realização de entrevistas qualitativas junto ao público-alvo que a equipe selecionou como pertinente para os fins a que se destina o trabalho. Ou seja, reforçando, entrevistas foram realizadas nos casos em que a equipe técnica julgou que isso era necessário para produzir ou aprofundar informações (DIVERSUS, 2014, p. 16).

É, assim, impossível saber, das vinte e duas comunidades levantadas no estudo anterior (DIVERSUS, 2011), quais foram efetivamente visitadas. As dúvidas manifestadas ao longo das reuniões realizadas para o “encerramento” do estudo deixaram claro que moradores de muitas localidades não estiveram cientes do trabalho realizado ou não foram procurados. **Esclarecimentos acerca das etapas de campo, atividades desenvolvidas, locais visitados estão ainda por serem feitos, pois não são encontradas tais informações ao longo do estudo.**

Tampouco a equipe apresenta quais os critérios e/ou situações avaliados como relevantes para determinar a realização de entrevistas para a produção e aprofundamento de informações. Aqui a própria equipe esclarece que só aprofundou informações em situações pontuais, embora constituam objetivos do trabalho “analisar a situação atual de cada comunidade frente aos impactos decorrentes do empreendimento”, e “avaliar, quanto à adequação, pertinência e eficácia, os Programas em execução pelo empreendedor, no sentido de proporcionar a permanência das famílias em seus territórios, com a devida qualidade de vida” (DIVERSUS, 2013, p. 01; “Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas”). Resta a explicar como tal análise pode vir a ser realizada – isto é, de forma aprofundada, consequente, e ética – **sem que as pessoas envolvidas venham a ser ouvidas**. Cumpre observar que a participação efetiva da comunidade como condição fundamental à realização do estudo foi destacada por vários conselheiros ao longo da 78ª Reunião Ordinária.

II.1 Os objetivos

Conforme discutido na seção anterior, a metodologia utilizada pela Diversus apresenta equívocos e insuficiências para a consecução dos objetivos propostos, ponto que será desdobrado posteriormente. Por ora, há que se chamar a atenção para uma questão que terá grande repercussão na vida de várias das comunidades já impactadas pelo Empreendimento Minas-Rio: a não inclusão, no horizonte dos estudos procedidos, do próprio processo de expansão da cava, sobretudo, mas não exclusivamente, o que está previsto para a etapa subsequente de operação da mina, daqui a 5 anos.

Como já referido anteriormente, o estudo da Diversus surgiu da insuficiência de informações que deveriam ter constado no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, na fase de licença prévia, que abrangeu toda a extensão da cava, cerca de 12 km. Constituíam informações relevantes não apenas para a formação do juízo de viabilidade socioambiental do empreendimento, como para o planejamento e execução de medidas realmente eficazes e justas em termos de mitigação e compensação dos impactos. Tal preocupação ficou registrada já no parecer único que subsidiou a LP⁴, dando origem, inclusive, à condicionante de no. 45:

45 - Apresentar versão revisada e definitiva do total de propriedades rurais a serem impactadas – total e parcialmente – em associação com a localização das estruturas do empreendimento para a exploração das serras Sapo/ Ferrugem (cava, pilha estéril, barragem de rejeitos, usina industrial, canteiro de obras, alojamentos, sistema de captação e adução de água nova, subestação de energia, medida compensatória). A listagem final deverá conter, no mínimo, para cada propriedade: nome do proprietário, condição do produtor (proprietário, posseiro, parceiro, arrendatário); benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas; área total e área atingida; número de famílias e população residente; atividades econômicas; mão-de-obra empregada.

Não obstante, a Diversus assumiu, como limite do seu estudo, o processo de instalação do empreendimento e de operação da cava nos primeiros 5 anos, compreendidos nas licenças de instalação e operação já concedidas. Alega que a

⁴ Segundo o parecer, “a proposta negocial deve abarcar como público-alvo todas as categorias e grupos de interesse que, mais cedo ou mais tarde, virão a ter sua condição social ou econômica modificada pelo empreendimento. (...) É importante frisar, inclusive, que o compromisso do empreendedor com tais grupos deve constar oficialmente ainda na presente fase de licenciamento ambiental do empreendimento, de forma que em momento oportuno seja apresentado à avaliação do SISEMA o detalhamento das propostas mitigadoras a eles destinadas” (PARECER ÚNICO SISEMA 001/2008, p. 112). Ver, a respeito, recente denúncia do Coletivo REAJA aos Ministérios Públicos Estadual e Federal (Anexo 6).

expansão configura outro processo administrativo, e que seus efeitos deverão ser avaliados posteriormente. **Trata-se, contudo, de expansão já prevista, e que importa na modificação do cenário futuro para as comunidades do entorno do empreendimento, sobretudo as que estão nas áreas mais próximas às expansões projetadas.** Sendo parte dos objetivos avaliar as condições de “permanência das famílias em seus territórios, com a devida qualidade de vida”, a consideração desse horizonte – um futuro, na verdade, bastante palpável – **torna-se um imperativo.**

A desconsideração do horizonte de expansão, e dos impactos que dela decorrerão, impossibilita medidas preventivas e o planejamento das ações, importando na institucionalização da perversa lógica que tem prevalecido neste licenciamento: a dos **atingidos emergenciais.** Subproduto de graves falhas e equívocos notórios (como a fragmentação do licenciamento mina-mineroduto), a lógica de reconhecer os atingidos apenas quando eles se encontram em situação crítica/emergencial, adquiriu já o status, no contexto do empreendimento Minas-Rio, de um verdadeiro *modus operandi*.

Algumas situações devem ser aqui rememoradas, seja pelo grau de sofrimento, prejuízos e perdas que impuseram às comunidades e famílias, seja por sua amplitude. A primeira, já mencionada, refere-se à invisibilização dos atingidos pela superposição das áreas licenciadas para a instalação da mina e do mineroduto, e a situação das famílias de Mumbuca/Água Santa, criticamente ilhadas em meio a obras alegadas “do mineroduto”. Fez-se necessária a elaboração de um “cadastro de atingidos emergenciais” – que, no contexto do licenciamento, acabou por eludir a exigência da apresentação do cadastro socioeconômico e patrimonial de todos os atingidos, inclusive quando da avaliação da Licença de Instalação Fase II (Ver Parecer Único, 2010, p. 84). Como recentemente destacou a REAJA, desta lista parcial dos atingidos, estavam excluídos “todos os outros atingidos pela cava já licenciada pela adutora de água nova, pelos alojamentos, pelas áreas de compensação ambiental, os meeiros parceiros, empregados e arrendatários destas áreas atingidas”⁵. Novas situações emergenciais foram criadas, como as famílias que permaneceram anos imprensadas entre estruturas do empreendimento (DIVERSUS, 2014: 311, mapa “Famílias afetadas por efeitos cumulativos”).

Uma outra situação vinculada a esse desconhecimento assume amplas proporções: a postergação das medidas relativas ao conhecimento e reconhecimento do

⁵Ver o documento “Denúncia de irregularidades do Projeto Minas Rio – Conceição do Mato Dentro - métodos escusos de negociação fundiária pela Anglo American fora do licenciamento ambiental”, de julho de 2014, anexo 6, p. 3

universo de atingidos é justamente o que permitiu, ao longo dos anos, que ao largo do processo de licenciamento se deslanchasse um processo de negociação de terras de ocupação tradicional – terras de herança, ou terras *no bolo da família*, segundo expressão local – marcado pela pressão sobre os herdeiros, sem a devida consideração das parentelas familiares, gerando rupturas e conflitos que estão longe de ser pontuais (MPF, 2009; DIVERSUS, 2011: 178, 182 e ss). Iniciada pela MMX e pela Borba Gato, a prática das negociações individualizadas – efetuadas ao largo do processo de licenciamento, sem a devida observação de parâmetros garantias aí estabelecidos – foi continuada pela Anglo American⁶.

A não inclusão, no atual estudo da Diversus, do horizonte de expansão da cava, corrobora e institucionaliza essa lógica, o que pode, inclusive, esvaziar as próprias recomendações elaboradas pela empresa. Ao tratar, por exemplo, da Cabeceira do Turco, a empresa esclarece que

Especialmente sobre a comunidade de Cabeceira do Turco, há expectativas quanto ao processo de reassentamento das famílias que a compõe.

*Essa comunidade está localizada em uma área muito próxima a serra do Sapó/Ferrugem e, portanto, deverá ser reassentada com o avançar da operação do empreendimento. Era de se esperar que a comunidade esteja ansiosa e preocupada quanto ao processo de negociação fundiária, especialmente sobre quando isso irá acontecer. Neste sentido, é importante que **oportunamente** o empreendedor apresente à comunidade e aos órgãos competentes um cronograma de execução do projeto em que seja possível estimar a época em que essas famílias serão reassentadas. Ressalta-se **que este reassentamento deve ser baseado nos mesmos princípios e critérios utilizados nas outras comunidades já reassentadas e que qualquer negociação não anteceda a necessária***

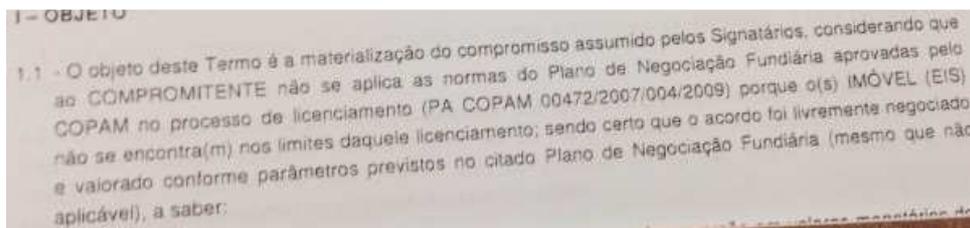
⁶ Segundo a Diversus (2011: 171): “A fragmentação do processo de licenciamento acarretou em um processo mimético de fragmentação dos atingidos, que diante da ausência de comunicação por parte do empreendedor tinham dúvidas sobre quem e como seriam atingidos acarretando a conseqüente fragmentação das negociações. Essa fragmentação de negociações pode ser exemplificada pela implantação da Mina, enquanto parte dos atingidos estavam realizando uma “*pré-negociação*” com o empreendedor algumas famílias vizinhas ainda não haviam sido procuradas ou mesmo classificadas adequadamente (ver caso descrito a frente da Comunidade de Taporôco). Outro exemplo são as famílias impactadas por processos colaterais do empreendimento, como a implantação da obra de captação de água no Bairro Lopes, município de Dom Joaquim que apesar de iniciada, ainda não sabiam como se daria a negociação para a saída delas.

Outro processo de fragmentação entre os atingidos foi a criação recente da categoria de “*emergenciais*” para os moradores das comunidades de Mumbuca e Ferrugem, que considerados em situação emergencial tiveram seu processo de “*pré-negociação*” estabelecido no Fórum de Conceição de Mato Dentro, enquanto famílias de Buriti (ver adiante), Taporôco e Gondó, também diretamente afetadas pela implantação e possível expansão da mina, inclusive tendo parte das famílias realocadas, tiveram processos diferentes de negociação, sendo que algumas delas, como em Taporôco, ainda não foram procuradas, acarretando na separação de seus parentes residentes nas comunidades vizinhas de Mumbuca e Ferrugem”.

caraterização socioeconômica e patrimonial da área pretendida pelo empreendedor (DIVERSUS, 2014: 107. Grifos acrescidos).

Pode-se perguntar quando seria “oportuno” o estudo, planejamento e execução de ações previstas para um futuro tão próximo. Por ora, convém observar que, tal como em ocasiões passadas, a não inclusão da comunidade no programa de negociação fundiária abre espaço para negociações individuais e fragmentárias. É o que, segundo denúncia do Coletivo REAJA (ver anexo 6), **já vêm ocorrendo na área de expansão da cava, mais uma vez ao largo do processo de licenciamento.** Cumpre aqui reproduzir duas cláusulas do modelo de contrato firmado nessas negociações, destacadas no documento-denúncia:

- sonegam ao atingido a informação relativa a localização da sua propriedade rural estar compreendida dentro da ADA do projeto e, em alguns casos, das referidas propriedades constarem no decreto de servidão mineraria já publicado no DNPM. Em ambas situações, os proprietários atingidos estariam abrangidos pelos termos do plano de negociação fundiária vigente. Contudo, ardilosamente, o contrato firmado nas atuais negociações fundiária possuem cláusula de adesão onde as partes afirmam que as negociações estão desvinculadas do processo de licenciamento ambiental e do plano de negociação fundiária, configurando, pois, uma clausula fraudulenta. Vejamos o recorte extraído de um contrato



- falta transparência e acompanhamento dos órgãos fiscalizadores na aprovação dos cadastros sociais e patrimoniais dos atingidos;
- os contratos atuais não identificam e garantem os direitos dos posseiros, meeiros arrendatários e trabalhadores das propriedades adquiridas, conforme recorte abaixo transcrito:

(b) garantir a evicção de direitos à COMPRADORA, entregando o IMÓVEL, objeto da presente contratação, livre e desembaraçado de quaisquer ônus a que título for, assim como livre de terceiros exercendo posse ou trabalho sobre a mesma;

(REAJA, “Denúncia de irregularidades do Projeto Minas Rio – Conceição do Mato Dentro - métodos escusos de negociação fundiária pela Anglo American fora do licenciamento ambiental”, de julho de 2014, Anexo 6, p. 6)

III Sobre a análise das condições ambientais atuais do empreendimento

III.1 Recursos Hídricos

Iniciamos nossas observações sobre a análise procedida pela Diversus acerca das “condições ambientais atuais do empreendimento” abordando um tema de extrema relevância para as comunidades locais: a questão da água. Convém salientar, antes de tudo, a importância da água para o modo de vida das comunidades do entorno do empreendimento – algo, de resto, já salientado em relatórios e pesquisas antropológicas:

A água abundante e cristalina é considerada, pelas famílias do entorno da Serra da Ferrugem, como a maior riqueza de suas terras, e indubitavelmente, encontra-se por trás da declaração, feita por um morador do Beco, de que “[aquela] terra foi preparada por Deus”. A água que corre nos quintais – para os quais é levada por sistemas de captação muitas vezes preparados e cuidados pelos próprios moradores, com técnicas locais (...) – é fundamental no cuidado das hortas, pomares e plantios; para a criação de pequenos animais, principalmente porcos; nas mangas, para a dessedentação do gado; para a produção dos doces que levam ao mercado; em alguns casos, para a criação de peixes. É também importante no lazer familiar, principalmente as crianças, que brincam e pescam nos pequenos poços formados a partir das correntes naturais de água que servem os retiros.

Não por acaso, o acesso e uso das águas é, ao contrário dos quintais, submetido ao controle não de um único grupo familiar, mas de toda uma rede social em que entram tanto relações de parentesco, no caso de conjuntos de herdeiros, como de vizinhança (...) (MPF, 2009, p. 37 a 39)

Importa também historiar, ainda que não exaustivamente, as informações e problemas trazidos à baila pelos atingidos, no que diz respeito ao acesso à água, em quantidade e qualidade. Entre a documentação compulsada pelo GESTA, constam boletins de ocorrência datados de 2008, onde encontram-se registradas mudanças de cor das águas do Córrego Pereira (esverdeada-acinzentada), impossibilitando o consumo humano e ensejando o aparecimento de coceiras nos usuários. Entre os diversos impactos socioeconômicos significativos causados na fase de pesquisa minerária, encontra-se relacionado, no parecer único SISEMA de 2008, o comprometimento de nascentes:

Cabe destacar, de início, a falha dos estudos ambientais de não atribuir importância à fase de trabalhos de pesquisa mineral - que antecede a fase de instalação do empreendimento - como etapa também catalisadora de atividades com elevado potencial de geração de impacto socioeconômico - não só pelo grande volume de pesquisa demandado, como também, pelo prolongado período de tempo exigido à sua

realização.

A lavratura de um Auto de Fiscalização pela URC Diamantina, desdobrado em Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre a empresa e o SISEMA, constitui prova inconteste dessa negligência.

*Os rebatimentos negativos dessa fase sobre as comunidades residentes na ADA deixaram, certamente, um significativo saldo de transtornos, prejuízos e conflitos que indubitavelmente exige tratamento compensatório: cita-se, entre outros: incremento de trânsito em estradas de acesso restrito e particular e em áreas urbanas vulneráveis e com baixa capacidade de resposta; açodamento junto a moradores locais para realização das pesquisas; **comprometimento de nascentes** e de benfeitorias em áreas rurais pesquisadas; aumento de circulação de pessoal exógeno, causando constrangimento em costumes sociais do cotidiano local (como, por exemplo, realização de encontros vespertinos informais de donas de casa em logradouros públicos urbanos para conversas e bate-papos); instalação de sentimento de ansiedade e insegurança social por falta de informação acerca dos trabalhos em realização; alteração do cotidiano (Parecer Único SISEMA No 001/2008, P.A COPAM No 472/2007/001/2007, p. 71/72. Grifo acrescido).*

O relatório antropológico acima citado, elaborado pelo Ministério Público Federal, registrou, no que tange à água, os seguintes problemas:

Durante as viagens [de campo], foram registradas inúmeras denúncias de poluição das águas além da diminuição do lençol freático, devido a furos (de sondagens) não tamponados pela empresa. Várias dessas denúncias encontram-se registradas na documentação repassada a essa Procuradora da República pela população atingida; vale entretanto registrar que, no decorrer das viagens de campo, foram anotadas as seguintes denúncias, sobre a qualidade da água:

- *Ferrugem: diminuição no nível da água, restringindo o uso doméstico e impedindo a movimentação de um moinho d'água; a água sai vermelha quando chove, como se fosse um "mingau", não sendo possível sequer molhar plantas ou dar aos animais;*

- *Mumbuca/Água Santa: sujeira/poluição na água, água com gosto de borracha.*

- *Beco: contaminação do Ribeirão Vargem Grande, vindo do Córrego Pereira acima da Ferrugem, única água disponível na propriedade de Adilson Miranda Gonçalves (...). Segundo seu Adilson, em época de chuva a água fica ainda mais vermelha. A sujeira, que adquiriu uma cor esverdeada e acinzentada, já provocou mortandade de peixes, já causou coceiras no corpo de seus familiares e impede que a família [faça] uso da única fonte de água de que [dispõe]⁷. (...)*

- *Cabeceira do Turco: As águas da Cabeceira do Turco abastecem várias comunidades; só o cano de captação do povoado do Truco*

⁷ Trata-se do caso registrado em boletim de ocorrência em 2008.

abastece aproximadamente trinta casas. O problema se iniciou em setembro de 2007, tempo das águas, quando ela passou a descer suja e grossa com a cor avermelhada. Representantes da comunidade do Truco procuraram a empresa e também autoridades municipais, a fim de que estas intermediassem, junto à empresa, a solução do problema. No tempo das águas de 2008, o problema retornou; a comunidade voltou a solicitar, a uma autoridade local, a resolução do problema, que, entretanto, permanecia em maio de 2009, apesar da construção de uma bacia de contenção. (...) (MPF, 2009, p. 39 a 41).

Em 2010, a comunidade de Água Quente foi declarada em estado “emergencial” devido à questão da água (ver Anexo 6). Relatório antropológico elaborado naquele ano pela perita antropóloga do Ministério Público Federal assim descreveu a situação, verificada no decorrer da vistoria conjunta SISEMA-IBAMA (17 a 19 de março):

A comunidade de Água Quente encontra-se localizada em área próxima ao córrego Passa Sete. Em seu principal ponto de adensamento, visitado pelo grupo, a comunidade é formada por um conjunto de 17 casas, mas segundo informações obtidas in loco, há mais 10 a 15 casas espalhadas ao longo do vale. A comunidade se utilizava da água do Passa-Sete para várias de suas atividades diárias — horta, dessedentação de animais, banho, lavagem de roupas —, o que se tornou impossível devido às péssimas condições da água. Esta, afirmam, era cristalina; desde meados do ano passado vem ficando toldada, como um “caldo”, além de estar diminuindo. Segundo o Sr. José Nunes Reis dos Santos, a situação torna-se ainda mais crítica no período da estiagem, quando seca a nascente que fornece água a uma parte da comunidade. De acordo com uma das moradoras, Sra. Maria da Consolação, havia uma cachoeira linda próxima à sua casa, a qual costumava ser utilizada no lazer da comunidade, e que está “perdida” devido à sujeira da água. Foram relatados casos de coceiras e irrupções em pessoas que se arriscaram a tomar banho na água do córrego, e hoje todas as famílias levam suas crianças — cotidianamente — para tomar banho no Rio Arruda, em localidade vizinha.

Outras atividades encontram-se prejudicadas. 'Sá' Aninha, 95 anos, é a matriarca da comunidade, constituída pelas famílias de seus filhos e netos; “aqui — afirmou —, é todo mundo uma família, mexeu com um mexeu com todos, igual caixa de marimbondo”. De acordo com ela, com a escassez de água, está muito difícil manter as hortas, o que causa um grande prejuízo à comunidade; na expressão de Sá Aninha, a horta “é parte da casa” — o que equivale dizer que é parte essencial das condições de produção e reprodução de cada família. A tarefa de lavar roupas se tornou, por seu turno, significativamente mais operosa: para lavar roupas na “bica”, as mulheres vêm gastando o dobro do tempo antes utilizado para a mesma tarefa, quando esta era realizada no córrego. Também foi apontada a maior dificuldade com as criações,

posto que estas não estão aceitando mais a água do córrego (MPF, 2010, p. 8 e 9).

Também em 2010/2011, problemas variados relacionados à água foram registrados pela equipe da Diversus:

*A quantidade de problemas indicados pelos 321 entrevistados produziu uma lista pulverizada de dificuldades enfrentadas pelos moradores da região como atesta o Quadro 4.4. A falta de calçamento nas ruas, citada 53 (8,04%) vezes, e o excesso de poeira, mencionado 51 (7,74%) vezes foram os itens que mais se destacaram. **Atenção também deve ser dada aos problemas relacionados à água na região.** A falta de abastecimento de água foi sinalizada 36 (5,46%) vezes, principalmente na localidade de Córregos onde teve 33 menções. Problemas com a escassez de água e a poluição/sujeira dos rios foram indicados 35 (5,31) e 15 (2,28%) vezes respectivamente. Para o primeiro caso, os lugares que mais citaram o problema da escassez de água foram, em ordem decrescente, São José da Ilha, Beco, Água Quente e Cabeceira do Turco. Em relação à poluição/sujeira dos rios, aparecem no topo da lista São José do Jassém e, com duas citações cada, as localidades de Água Quente, Córregos e São Sebastião do Bom Sucesso.*

***Citações específicas, porém não menos importante,** como a diminuição das nascentes (0,46%), a sujeira da água do córrego Passa Sete (0,46%) mencionada em Água Quente e Passa Sete, a água salobra que vem do poço artesianos (0,30%), a rede de água ultrapassada (0,30%) e não ter onde nadar mais (0,15%), **juntos, evidenciam a recorrência do tema enquanto preocupação diária dos entrevistados** (DIVERSUS, 2011, p. 98/99. Grifos acrescidos).*

4.7 - Possíveis Problemas Decorrentes do Projeto de Mineração

Questão: Você acredita que este projeto trará problemas para a região? Esta questão foi respondida por 367 entrevistados, dos quais 66 (15,87%) não acreditam que o Projeto de Mineração trará problemas para região e 301 (72,36%) consideram que a atividade prejudicará a região citando um ou mais aspectos. Outros 49 (11,78%) entrevistados não quiseram ou não souberam responder, conforme ilustra a Figura 4.7-A.

Dos 301 entrevistados que declararam que o empreendimento trará problemas para região, três (0,53%) não quiseram ou não souberam justificar sua resposta. Assim, 564 citações foram fornecidas pelos 298 entrevistados que responderam a questão. Os aspectos ambientais predominaram com 273 (78,15%) ocorrências, seguidos pelos aspectos sociais mencionados 215 (37,92%) vezes e os problemas com infraestrutura citados 40 (7,05%) vezes. Aspectos econômicos (4,06%) e questões relacionadas com a saúde dos moradores (2,10%) também foram lembrados. Somente um entrevistado não especificou exatamente qual o problema ao justificar sua opinião como “todos” problemas possíveis.

A contaminação/a falta ou a diminuição dos cursos d'água e nascentes foi o problema destacado entre os entrevistados que responderam afirmativamente a questão com 114 (20,08%) ocorrências. Apenas a localidade “Córrego do Peão” não fez qualquer menção ao problema da água. As demais a citaram como o principal problema que a mineração poderá gerar ou já causou aos moradores da região. Em Córregos foram 18 citações, seguido por Beco com 15 respostas, Água Quente e Cabeceira do Turco com 10 menções cada uma. Nas proximidades da comunidade de Água Quente, aparecem também as localidades de São José do Jassém com nove citações, Passa Sete com cinco, Quatis com quatro, Estrada do Sapo- Jassém com três e Teodoro com duas indicações. Ainda, Pompéu, Córrego do Palmital e Gramichá com uma resposta cada. É importante ressaltar que todas as localidades mencionadas acima são banhadas ou estão bem próximas ao córrego Passa Sete que num passado recente sofreu uma intervenção negativa por parte da mineração sempre recordada nas entrevistas em função da contaminação de suas águas, conforme declararam aos pesquisadores. Em Água Quente, muitos entrevistados citaram que nem mesmo o rebanho bovino bebe a água daquele córrego. Quando da realização das entrevistas, o empreendedor estava perfurando poços artesianos para os moradores da comunidade, porém não foi possível averiguar o nível de satisfação dos beneficiários em função do término da pesquisa ter ocorrido antes da entrega dos mesmos à população. Segue o restante das localidades em que o problema da água foi citado: Gondó (nove vezes); São Sebastião do Bom Sucesso (sete); São José da Ilha (seis); São José do Arruda e Turco (três cada); Água Santa, Taporôco e Serra da Ferrugem (duas cada) e Serra do São José (uma vez). (DIVERSUS, 2011, p. 110-111 Grifos acrescidos)

Como ocorrido na questão anterior, o problema da água foi o principal ponto realçado pelos entrevistados. Das 220 (43,74%) respostas referentes à categoria meio ambiente, 72 (14,31%) dizem respeito à poluição dos cursos d'água. Outras citações sobre a questão da água foram fornecidas, porém, para o melhor entendimento da amplitude desse problema, optou-se por não agrupá-las de início objetivando apresentá-las separadamente tendo em vista a especificidade do problema. Assim, apareceram ainda os seguintes aspectos relacionados à água: a diminuição das nascentes; a impossibilidade dos córregos para uso doméstico e dessedentação de animais; os problemas com nascentes porque o empreendedor passou o trator por cima delas e a dificuldade para utilizar água nas plantações. Alguns casos específicos merecem menção como, por exemplo, a poluição e a mortandade de peixes no córrego Passa Sete e a diminuição das águas do córrego Passa Sete/Rio Santo Antônio/Córrego Zalu. Somados todos esses itens às 72 respostas indicadas em “Poluição da Águas”, chega-se ao resultado de 89 (17,71%) citações sobre os problemas com a água causados, segundo os entrevistados, pela mineração (DIVERSUS, 2011 p. 116/117. Grifos acrescidos)

Cumprе salientar que, tendo sido uma das principais questões abordadas nas reuniões públicas que, em 2012, originaram a Rede de Acompanhamento Socioambiental – REASA, os problemas relacionados à água ensejaram uma recomendação conjunta por parte do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Defensoria Pública – Recomendação Conjunta no. 06/2012 –, instando a empreendedora a adotar

providências (...) com a máxima urgência, visando a solucionar as questões referentes à poluição e assoreamento dos recursos hídricos de toda a região do empreendimento e adjacências, restabelecendo os cursos d'água e o abastecimento de água às famílias à situação anterior ao início da implantação do empreendimento, a fim de que sejam restabelecidos todos os usos tradicionais das águas dos córregos pelas comunidades locais, como consumo humano, dessedentação de animais, irrigação de plantas, recreação, entre outros (MPE/MPF/DF, Recomendação Conjunta no. 06/2012, in <https://pt.scribd.com/doc/97210284/Recomendacao-MPMG>)

Não obstante, os problemas apontados não foram solucionados, tendo a questão da água se constituído em um dos temas debatidos ao longo de 2012/2013 nas reuniões da REASA (PEREIRA, BECKER & WILDHAGEN, 2013: 140 a 142). Em trabalho de campo realizado em meados de 2013, a equipe do GESTA constatou a continuidade dos problemas: assoreamento dos córregos Passa Sete e Pereira, diminuição da vazão de nascentes (GESTA, 2013).

Em final de agosto próximo passado, coincidindo com a divulgação acerca dos primeiros testes do mineroduto, episódio envolvendo uma grande mortandade de peixes no córrego Passa Sete indicou novos riscos e problemas, relacionados à operação do empreendimento. Além dos peixes, foram relatadas, às margens do Passa Sete, mortes de animais de porte médio, como bezerros e capivaras, além de efeitos sobre as patas dos animais que frequentaram as águas do córrego no período (despelagem).

Laudo datado de 20/09/2014, data anterior concessão da Licença de Operação, confirmou a contaminação das águas do Passa Sete por amônia (CETEC SENAI, Laudo Técnico nº 01/2014.). Ainda não foram prestados à população os devidos esclarecimentos, ou a garantia de que o evento não se repetirá. Em recente visita realizada às comunidades de São Sebastião do Bom Sucesso, Turco e Beco (outubro 2014), pode-se verificar que a situação se agravara sobremaneira, devido ao secamento de nascentes e poços artesianos. Além da morte de um número expressivo de cabeças de gado – cujo manejo se complica com a falta da água, associada à seca dos pastos –,

algumas famílias ficaram em situação crítica, devido ao risco de se valerem das águas do Passa Sete, após o episódio da contaminação.

No que diz respeito à avaliação procedida pela Diversus acerca dos recursos hídricos (item 4.1.1, de DIVERSUS, 2014), destacamos as seguintes observações:

- As avaliações da qualidade das águas superficiais foram realizadas a partir de dados secundários retirados do “Relatório de Consolidação dos Resultados do Programa de Gestão de Recursos Hídricos”, apresentado à SUPRAM como resposta à condicionante número 065/2010, e também do resumo de monitoramento desenvolvido pelo IGAM e CETEC, a pedido do MPMG. Dessa forma, os dados mais recentes são datados de setembro de 2013 e, portanto, não captam alterações/impactos recentes; não se incluiu na análise, portanto, o episódio da recente mortandade de peixes;
- Ressalta-se o fato de o monitoramento da água ter se restringido às comunidades de Passa Sete, Água Quente, Cachoeira, Beco e São José do Jacém, não trazendo nenhum dado referente às comunidades de Cabeceira do Turco, Ferrugem, Gondó, São Sebastião do Bom Sucesso e Taporoco;
- Segundo às avaliações do monitoramento realizado pela empresa em atendimento à condicionante LI 065-2010, presentes no quadro 6 (DIVERSUS, 2014, p.40), “Resultados do monitoramento da qualidade de águas superficiais – Córrego Passa Três”, percebe-se altos índices registrados para manganês total, ferro dissolvido, alumínio dissolvido, cor e turbidez, sendo esses parâmetros fundamentais para a qualidade/utilização da água;
- A turbidez, relacionada ao aumento do número de matérias em suspensão, tais como silte, argila e matéria orgânica, é um dos principais determinantes da condição de produtividade do curso d’água por estar diretamente relacionado à absorção de luz. A Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), associada ao despejo de matéria orgânica geralmente ligada ao esgoto sanitário, uma vez em não conformidade com os padrões, tem como resultado a mortandade e desaparecimento de peixes, bem como de outras formas de vida fundamentais para o sistema. Já o ferro e o manganês, em grande quantidade, geram efeitos diretos à saúde humana, uma vez que o ferro, por exemplo é bioacumulado, podendo causar rigidez muscular, tremores, fraqueza e danos psicológicos.

Ainda, essas substâncias alteram as propriedades organolépticas da água, tais como odor e sabor, comprometendo, assim, sua utilização;

- Já os resultados levantados pelos estudos do IGAM-CETEC relacionam 16 parâmetros que se encontram fora da conformidade, entre eles manganês total, coliformes termotolerantes, ferro dissolvido, *E. coli*, turbidez e ph. Sendo que, tanto os coliformes termotolerantes como o *E. coli* estão associados a atividades como a pecuária e esgotos domésticos, este último fator encontrando-se também relacionado às atividades de instalação do empreendimento, principalmente os alojamentos de trabalhadores. Ressalta-se que o relatório indica que “parâmetros de importante avaliação no contexto do presente estudo, como sólidos suspensos totais, óleos e graxas, fósforo total, cor verdadeira, entre outros, não são caracterizados em relação ao ponto de amostragem detectado, prejudicando a análise ora realizada focada nas comunidades de Água Quente e Cachoeira” (DIVERSUS, 2014, p.52);
- Evidencia-se, no tópico Índice da Qualidade das Águas – IQA (DIVERSUS, 2014, p.54) o fato de que o maior percentual de índice ruim de qualidade se concentraram na cabeceira do córrego Passa Sete e no Córrego Água Santa, áreas próximas ao empreendimento. Ainda, o estudo ressalta os valores elevados de cobre e chumbo e seu potencial efeito aos organismos aquáticos, porém, sem evidenciar esses efeitos e danos (DIVERSUS, 2014, p.55);
- Nas Considerações Gerais sobre a Qualidade das Águas Superficiais, o estudo da Diversus afirma que houve interferências do empreendimento mineralário na qualidade das águas, principalmente no que tange ao alto grau de assoreamento dos corpos d’água. O estudo enfatiza a insuficiência das campanhas para monitoramento, mas esses já apresentam diversas não conformidades em relação a alguns parâmetros, com destaque para os coliformes termotolerantes e *E. coli*, que podem ser relacionados ao grande contingente de colaboradores mobilizados na fase de instalação e volume de efluentes lançados após tratamento, considerando a reduzida eficiência de remoção bacteriológica das ETE’s disponibilizadas pela empresa. Destaca-se, nesse contexto e de uma forma geral, a falta de dados históricos sobre a qualidade das águas na região como parâmetro de comparação para que se tenha uma base efetiva para avaliar as alterações nos cursos d’água.

- Cumpre salientar que, apesar da Diversus analisar e levantar os diversos parâmetros em não conformidade, **não existe uma análise da implicação dessas alterações na Saúde Humana e na dessedentação de animais, fator de extrema importância para avaliar o comprometimento dos recursos hídricos.** Uma preocupação geral é levantada apenas no que refere à concentração de cianobactérias, mesmo com a ocorrência desta encontrando-se dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação. Ela prediria “uma degradação da qualidade ambiental por excesso de nutrientes acima da capacidade de depuração natural do corpo hídrico, podendo causar danos à saúde das pessoas se ingerida sem passar por tratamento avançado da água devido a potencial presença de toxinas liberadas pelas cianobactérias” (DIVERSUS, 2014, p.62);
- Em relação aos efluentes líquidos, o Estudo Diversus destaca que a ETE MBR Alojamento, ETE Galpão Pereira e ETE Fazenda Jardim fazem o lançamento do esgoto sanitário diretamente no curso d’água. Outras duas ETEs (Modelo Platô 15 e Integral) tem o seu efluente sugado por caminhão, mas o estudo **não esclarece qual a destinação final;**
- Soma-se a esses fatores que **todos** os sistemas de tratamento apresentam não conformidade com parâmetros, com destaque para os índices de DQO e DBO, que podem comprometer à qualidade e a utilização dos cursos d’água pelos moradores. Segundo o próprio Estudo, “o monitoramento dos efluentes sanitários não contemplou nenhum parâmetro bacteriológico, em especial o *E. coli*, tradicional indicador de contaminação fecal” (DIVERSUS, 2014, p.81);
- **Mais uma vez, não existe uma análise sobre a influência da não conformidade dos parâmetros e da destinação dos efluentes para a Saúde humana.**
- Acerca dos processos erosivos, afirma-se o assoreamento de cursos d’água, notadamente nos córregos Passa Sete e Pereira, indicando que, as ações de recuperação, reconformação e estabilização de processos erosivos não foram suficientes. Há que se observar que o estudo **não analisa, especificamente, os seis pontos de focos erosivos localizados na área de barragem de rejeitos,** levantando dúvidas sobre sua estabilidade e a segurança. Não obstante, **o risco e**

a insegurança – reais – a que as comunidades a jusante da barragem estão sujeitas, são tratados como mero “temor”.

Segundo o relatório antropológico elaborado pelo Ministério Público Federal em 2009, prepostos da empresa em contato com moradores se recusavam a reconhecer a existência denexo causal entre a poluição da água e a implantação do empreendimento, negando, por consequência, a responsabilidade da empreendedora sobre os problemas que, reiteradamente, denunciavam: “Reclamações junto à empresa e denúncias junto às autoridades não resolveram o problema; a empresa chegou a alegar que eram os porcos (...) que sujavam a água, fazendo com que, ao final, ele vendesse seus porcos, para evitar a alegação” (MPF, 2009, p. 40). A resposta da Anglo à Recomendação Conjunta no. 06/2012, acima citada, explicita que, ainda em 2012, a empresa se negava em reconhecer a sua responsabilidade nos impactos causados pela implantação do empreendimento nos recursos hídricos da região. É o que se depreende da seguinte afirmação:

De forma geral, os resultados obtidos demonstram, no tocante aos parâmetros turbidez e sólidos em suspensão, os quais estão diretamente relacionados aos questionamentos apontados nas recomendações, que os cursos de água da região estão dentro dos limites normativos, tomando-se como referência a Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH, no. 01, de 05.05.2008.

(...)

Verifica-se, portanto, que a empresa encontra-se em estrita conformidade com os parâmetros normativos, não sendo verificada a citada “poluição”. No entanto, mesmo não contribuindo diretamente para a alteração da qualidade da água, objetiva a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde se encontra inserida e adota, de forma preventiva, medidas para minimizar e mitigar possíveis impactos. (ANGLO AMERICAN, 2012. Ofício s/no., datado de 13/07/2012. In: <https://pt.scribd.com/doc/100477337/Resposta-a-Recomendacao-Conjunta-nº-6-MPF-DPMG-MPMG>.)

Há, portanto, que se enfatizar que o Estudo da Diversus reconhece que a empresa minimizou os processos erosivos decorrentes da implantação do empreendimento, e afirma o **comprometimento dos recursos hídricos**, devido à elevada carga de materiais sólidos carregados para os córregos Passa Sete e Pereira, com forte assoreamento das calhas, e concentração de não conformidade de parâmetros de

avaliação de qualidade da água (com destaque para turbidez, sólidos suspensos, ferro e manganês), o que, a jusante das intervenções do empreendimento, onde há comunidades/residências diretamente afetadas, redundou na “**impossibilidade de uso direto da água pelos moradores**” (DIVERSUS, 2014, p. 88; p.63. Grifo acrescido).

O tratamento foi diferente no que diz respeito à diminuição da vazão e rebaixamento de nascentes e poços. O comprometimento de nascentes é, conforme já destacado, mencionado no Parecer Único SISEMA 001/2008, como efeito decorrente das atividades de pesquisa. Entre os vários problemas com a água relacionados pela DIVERSUS em 2011 e 2012, muitos estão afetados a esse tipo de comprometimento. O quadro abaixo sintetiza quais comunidades relataram, então, problemas similares:

Comunidade	Diversus – Adendo 2012 (páginas 19 a 55)	
	Recursos hídricos: Alterações na região onde vive relacionadas ao projeto	Recursos hídricos: Problemas citados por aqueles que durante a pesquisa já se declaravam atingidos pelo projeto
1. São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo)	<ul style="list-style-type: none"> – A poluição das águas – Poluição das águas do Córrego Passa Sete 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
2. Cabeceira do Turco	<ul style="list-style-type: none"> – A poluição das águas / A água chega suja – A comunidade precisa ir à nascente de água e desentupir com pá, pois a mineradora passou o trator em cima da nascente. 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
3. Turco	<ul style="list-style-type: none"> - A poluição das águas / A água chega suja 	
4. Quatis	<ul style="list-style-type: none"> - A poluição das águas / A água chega suja 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição das nascentes da região - Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio

5. Beco	A poluição das águas / A água chega suja	- Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
8. São José do Jassém	- A água chega suja - Aumento da preocupação com a diminuição do nível das águas - Diminuição das nascentes	- Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
7. Córrego do Peão	Há apenas uma descrição censitária da comunidade.	
8. Pompéu	- A poluição das águas / A água chega suja - Mortalidade de peixes no Córrego Passa Sete	- Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
9. Córregos	- A poluição das águas / A água chega suja - Diminuição das nascentes - Diminuição do Rio Santo Antônio	
10. Córrego do Palmital	- Não se pode mais lavar coisas na água do córrego - Clima seco, menos chuva	- Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
11. Gondó	- A poluição das águas / A água chega suja	- Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
12. Gramichá	Não há registro.	- Poluição das águas do Córrego Passa Sete
13. Teodoro	- A poluição das águas / A água chega suja	
14. São José do Arruda	- Aumento da preocupação com a falta / diminuição do nível das águas - A poluição das águas / A água chega suja - Diminuição das nascentes - Diminuição do volume de água do Córrego Zalu - Não se pode mais lavar as coisas na água do córrego	- Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
15. Serra de São José	- Aumento da preocupação com a falta de água / Diminuição do nível das águas	- Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio
16. Taporôco		- Falta de água / Diminuição da água / Sujeira do rio

17. São José da Ilha	- A poluição das águas / A água chega suja	
----------------------	--	--

Uma primeira observação acerca de como esse tema foi tratado no Estudo de 2014 refere-se ao fato de ele não constar entre as “ações ambientais em execução em sua relação com as comunidades no entorno” (seção 4.1) – que analisa dados de monitoramento e ações do empreendedor acerca de impactos decorrentes do empreendimento –, sendo mencionado apenas quando relacionado à “situação das comunidades do entorno”. Não obstante, nas subseções relativas a regiões/comunidades específicas, onde se encontram alocados os únicos dados relativos à questão, **todo o histórico das referências anteriores e atuais acerca do comprometimento de vazões hídricas e nascentes** – inclusive as que constam nos diagnósticos de 2011 e 2012, da própria Diversus – **é desconhecido**. De fato, a questão é formulada em termos de futuro, um **“temor quanto ao abastecimento de água”** – que, aliás, se verifica em todas as comunidades do entorno do empreendimento –, e não a situações vivenciadas pelas comunidades atualmente e no passado recente. Quando admitido no presente ou no passado recente, o fenômeno é, em geral, atribuído a outras causas, naturais, como a diminuição das chuvas nos últimos anos.

Em alguns casos, como na análise da situação de São Sebastião do Bom Sucesso/Turco/Cabeceira do Turco/Beco/Quatis, região bastante próxima à cava que entrará em operação, o Estudo admite a pertinência da dúvida dos moradores acerca das condições futuras do abastecimento, recomendando que esclarecimentos sejam feitos a respeito de prováveis alterações na área de captação de água e no sistema de distribuição. Não obstante, enfatiza-se que “este [será] um impacto decorrente do processo de expansão de lavra, não estando vinculado ao atual momento do empreendimento”, e que, em todo caso, as “fontes de abastecimento [de Beco e Quatis] não deverão ser impactadas pelo empreendimento” (DIVERSUS, 2014, p. 106).

Em relação às comunidades Córrego do Palmital, Gondó e Córregos, menciona-se a constatação de um morador quanto a uma considerável diminuição do volume de água; esta, entretanto, seria explicada pela diminuição do volume das chuvas:

Consta na ata da 3ª Reunião Pública da REASA, realizada em Itapanhoacanga no dia 13/08/2012, a reclamação feita pela liderança de Gondó, Estanislau Saldanha, sobre o não repasse para as comunidades dos dados do monitoramento de água executado pela empresa. De

acordo com o documento, Estanislau disse que a “empresa comprometeu repassar os dados mensalmente para o acompanhamento da comunidade. Isso não acontece e a comunidade fica a mercê da ANGLO, sem poder acompanhar o que de fato acontecerá com as águas e com as variações do lençol freático. Disse que diminuiu consideravelmente o volume de sua água”.

Não obstante, conforme estudos de rebaixamento de nível d’água apresentados pelo empreendedor, a geologia da serra apresenta uma camada de Xisto, material com baixa permeabilidade e baixa capacidade de armazenamento de água. A este respeito, conferir a FIGURA 11 a seguir. Assim, de acordo com os dados e estudos apresentados pelo empreendedor, o sistema de rebaixamento não prevê impactos de redução de vazão a oeste da serra.

Contudo, o empreendedor mantém na região vertedores e piezômetros que continuarão sendo monitorados.

Portanto, possivelmente a diminuição da vazão de alguns córregos e nascentes nesta região estão/estarão mais relacionados à falta de chuvas que a região vem enfrentando nos últimos anos. Cabe ao empreendedor, porém, disponibilizar de maneira adequada os resultados dos monitoramentos realizados à população interessada. (DIVERSUS, 2014, p. 109/110. Grifos acrescidos).

No que tange a Córrego do Peão, São José do Jassém e Pompéu, o estudo menciona o temor de que “ocorra algum impacto no sistema de abastecimento de água, como a diminuição de sua vazão”. Não obstante, nada se diz acerca da diminuição da vazão, embora o fenômeno tenha sido expressamente mencionado por moradores do Jassém em 2011 (ver quadro acima). Para a Diversus (2014, p. 111/112), o único impacto decorrente do empreendimento sobre as alternativas de abastecimento utilizadas pela comunidade deve-se ao assoreamento do córrego Passa Sete, que será “minimizado com a implantação das medidas de recuperação dos córregos, que deverão beneficiar diretamente as comunidades Água Quente e Passa Sete e indiretamente as comunidades de São José do Jassém e Pompéu” (id. ibid).

De modo similar, no que respeita às comunidades de São José do Arruda, Gramichá e Teodoro, afirma-se que seus “moradores temem, sobretudo, que ocorra a diminuição na disponibilidade hídrica da região” (DIVERSUS, 2014, p. 114). Não obstante, o Estudo conclui ter sido “possível identificar na comunidade de São José do Arruda que os problemas de falta de água e contaminação são anteriores à instalação do empreendimento e em nada se relacionam a ele” (id. ibid).

Quanto a Taporôco e Serra de São José, há referência à afirmação – feita na 3ª reunião da REASA (13/08/2012) pelo representante de Taporôco – de que “o

empreendimento trouxe benefício, contudo há malefícios como a seca que atingiu a fonte perene de água que abastecia sua residência” (DIVERSUS, 2014, p. 115). Entretanto, afirma-se que, no caso de ambas as comunidades,

o abastecimento das famílias é feito por nascentes e não deverá ser impactado pela implantação ou operação do empreendimento. É importante, contudo, manter as ações de monitoramento em execução para que eventuais problemas, se existentes, possam ser sanados (id. ibidem).

Em São José da Ilha também se registra “o temor quanto a problemas no abastecimento de água das famílias, com rebaixamento de lençol e secagem de nascentes”, afirmando-se, contudo, que “este tipo de impacto não deverá ocorrer, (...) tendo em vista que a localidade está a mais de 10km da cava, principal estrutura que poderia gerar este tipo de transtorno. (DIVERSUS, 2014, p.116).

O Estudo desconsidera, como já mencionado, o histórico de relatos referentes ao comprometimento de nascentes. Por um lado, explica a existência dos mesmos como mero reflexo da “percepção” dos moradores; por outro, aponta para a suposta inexistência de um “elo causal” entre o fenômeno “percebido” da escassez hídrica e o empreendimento. A separação entre “percepção” e “mundo objetivo” contraria a teoria antropológica contemporânea, conforme se discutirá adiante. Por ora, há que se enfatizar que, **ao negar a possibilidade de existência de um nexos causal com base apenas em informações genéricas e no “perfil geológico”, o Estudo da Diversus simplesmente desconhece a existência de uma controvérsia científica**, e dados já produzidos que permitiriam, inclusive, averiguações mais específicas.

Em recente publicação do CETEM, afirma-se:

Com relação às mudanças na dinâmica hídrica decorrentes do empreendimento, há controvérsias sobre a avaliação feita pelo Estudo de Impacto Ambiental e pelo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) acerca dos impactos do empreendimento. Segundo o relatório, o impacto real na fase de instalação, adotando um programa de gestão de recursos hídricos e subprograma de estudos hidrogeológicos como medidas mitigatórias, será de intensidade baixa. Já na etapa de operação, o relatório ambiental aponta um impacto médio. No entanto, biólogos alegam que o relatório teria subestimado o prejuízo que várias atividades econômicas, como agricultura e turismo, podem ter com a diminuição da água disponível. A fauna e flora do interior e das margens do rio também podem ser impactadas (GOULART, 2007).

Outro aspecto questionado é o impacto do rebaixamento do lençol

freático e o reposicionamento de nascentes da Serra do Sapo. Isso pode levar a uma piora da qualidade da água nas atividades agrícolas e turísticas, bem como a alterações em toda a comunidade biológica (peixes, répteis, anfíbios, matas de galerias, etc.) a jusante do empreendimento, ou seja, para onde correm as águas (GOULART, 2007).

A adutora no rio Peixe poderá comprometer os ecossistemas aquáticos e as populações ribeirinhas que vivem dos seus recursos. Além disso, a extração do minério nas regiões de aquíferos poderá prejudicar a qualidade da água, pois, para o beneficiamento do minério de ferro, são usados materiais tóxicos (ENEBIO, 2009).

A Anglo Ferrous produziu um documento de 70 páginas em resposta a estes questionamentos e sustenta que os possíveis impactos nas nascentes e águas subterrâneas poderão ocorrer apenas no momento em que for necessária a realização do rebaixamento do nível de água para a execução das atividades da mina, quando então serão feitas solicitações de outorga ao órgão ambiental. Além disso, afirma monitorar o nível de água dos aquíferos em vários pontos representativos e diz estar em curso um cadastro de nascentes na região (ANGLO FERROUS MINAS-RIO MINERAÇÃO S.A., 2008) (FERNANDES, ALAMINO & ARAÚJO, 2014, p. 249/250. Grifos acrescidos).

Foi possível localizar, na internet, o documento intitulado “Resposta ao Laudo Técnico elaborado pelo Sr. Fernando Figueiredo Goulart, sobre o Relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim pela empresa MMX”, produzido pela Anglo em dezembro de 2008. De acordo com o próprio documento da Anglo, o laudo apontava que o relatório de impacto ambiental do projeto Minas-Rio possuía “vários pontos onde os reais impactos do empreendimento foram subestimados e tratados de forma indevida” (GOULART, 2007, apud ANGLO FERROUS BRAZIL, 2008, p. 2), um deles relativos justamente às mudanças na dinâmica hídrica:

Com relação aos impactos relacionados a mudanças na dinâmica hídrica decorrentes do empreendimento o relatório prevê, na fase de instalação dois cenários. No primeiro as nascentes mais próximas ao empreendimento, situadas na bacia do Santo Antônio, sofrem alta porcentagem de perda de vazão e no segundo a perda se dará na confluência do Rio Santo Antônio com Rio do Peixe. Segundo o relatório, o impacto real, adotando um programa de gestão de recursos hídricos e subprograma de estudos hidrogeológicos como medidas mitigatórias, será de intensidade baixa abrangência regional, significância desprezível, incidência direta, tendência a regredir de caráter reversível.

Na etapa de operação, a redução da disponibilidade de água outorgável de 72% do Rio do Peixe causará um impacto, segundo o relatório, de intensidade média e significância regional. Novamente o relatório subestimou os impactos uma vez que essa diminuição pode prejudicar várias atividades econômicas (como agricultura e turismo) além de impactar profundamente a fauna e a flora do interior e das margens do rio (GOULART, 2007, apud ANGLO FERROUS BRAZIL, 2008, p. 22/23.

Em sua resposta, como já mencionado, a Anglo assegurava que os impactos nas nascentes e águas subterrâneas iriam ocorrer apenas por ocasião do rebaixamento do nível de água para a execução das atividades da mina; informava, ainda, que, para subsidiar os futuros pedidos de outorga de uso de águas subterrâneas, vinha

realizando o monitoramento de vazões em diversos pequenos cursos de água da região, com vertedores instalados abrangendo as principais subbacias no entorno do empreendimento. Além disso, é monitorado o nível de água dos aquíferos em vários pontos representativos e está em curso um cadastro de nascentes na região do empreendimento, que darão subsídios aos estudos hidrogeológicos de modelagem de fluxo de águas subterrâneas e verificação dos possíveis impactos em suas vazões.

Todos esses estudos são realizados no âmbito do programa de gestão de recursos hídricos da ANGLO, que tem o objetivo principal de assegurar a disponibilidade hídrica em qualidade e quantidade para o empreendimento, sem afetar a outros usos ou usuários na região. Com isso, caso os estudos hidrogeológicos ou o processo de rebaixamento de nível d'água verifiquem o impacto do empreendimento em nascentes ou usuários, a ANGLO deverá mitigar esses impactos, direcionando as águas captadas do processo de rebaixamento para esses usuários, de forma a manter o seu suprimento. Por esse motivo pode ser realizada a afirmação de que a intensidade do impacto será baixa, pois será mitigada com a manutenção das vazões disponíveis para o atendimento aos usuários porventura existentes (ANGLO FERROUS BRAZIL, 2008, p. 26. Grifos acrescidos).

Ao negar a possibilidade de um nexos causal entre o empreendimento e os problemas da diminuição de vazão hídrica ou secamento de nascentes, relatados pelos moradores, a equipe da Diversus simplesmente **desconsidera o estudo científico de Goulart (2007), mencionado por Fernandes, Alamino & Araújo (2014)**. E o faz de forma **apriorística**, baseado em informações genéricas, e não a partir de uma análise científica dos dados detalhados de monitoramento da vazão hídrica e do nível dos aquíferos que, em 2008, a Anglo afirmou já estar produzindo. Observe-se que, à época, a empresa dizia que iria prontamente agir para mitigar os impactos em nascentes e usuários, e que só “por esse motivo [podia] ser realizada a afirmação de que a

intensidade do impacto será baixa”. Tais estudos estariam sendo realizados “no âmbito do programa de gestão de recursos hídricos da Anglo”.

Ora, é precisamente o “Relatório de Consolidação dos Resultados do Programa de Gestão de Recursos Hídricos” que o estudo da Diversus analisa no item 4.1.1, juntamente com um “resumo do monitoramento desenvolvido pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas e Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – IGAM/CETEC, a pedido do Ministério Público de Minas Gerais (Coordenadoria Regional de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri – Diamantina/MG)” (DIVERSUS, 2014, p. 36). Nenhum dos dois relatórios trazem dados dos estudos hidrogeológicos, ambos se dirigindo ao monitoramento das águas superficiais das sub-bacias do Passa-Sete e Pereira, com foco na área situada a jusante do empreendimento. Não por acaso, conforme observamos acima, os dados do monitoramento restringem-se às comunidades de Passa Sete, Água Quente, Cachoeira e São José do Jacém, não trazendo porém nenhuma informação referente às comunidades de Turco, Cabeceira do Turco, Ferrugem, Gondó, São Sebastião do Bom Sucesso e Taporôco.

Interessante que a própria Diversus recomenda

b) Manutenção do monitoramento dos vertedores e piezômetros na região de inserção do empreendimento. Tornar público, de forma clara e transparente, informações sobre a rede de monitoramento existente, assim como os resultados dos monitoramentos realizados.

c) Manter e/ou ampliar o monitoramento de vazão dos cursos d’água e nascentes da região, em especial aquelas que são utilizadas como manancial para o abastecimento humano. O empreendedor deverá assegurar a realização, ou publicização, de estudos técnicos para avaliar possíveis impactos do empreendimento na redução da disponibilidade hídrica para as comunidades da região. No caso de confirmação de impacto, deverá adotar medidas que reestabeleça o fornecimento de água à comunidade afetada (DIVERSUS, 2014, p. 175).

Ora, nos parece ser imprescindível à averiguação dos impactos atuais do empreendimento, bem como da eficácia das ações mitigadoras em curso, **que se procedesse a um estudo sério e aprofundado desses dados**, não sendo possível admitir a afirmação da inexistência denexo causal para os fenômenos relatados sem a devida análise desses dados.

É o que afirma, por sinal, o “Relatório de Vistoria no. 006/2014”, elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alvorada de Minas. A vistoria foi realizada em diferentes nascentes que atendem moradores da comunidade de Água

Quente e entorno, no dia 20 de maio de 2014. Tratava-se, no caso das nascentes vistoriadas no entorno, da única fonte de abastecimento de nove moradores, nascentes estas que se encontravam com vazão mínima, caracterizando escassez de água – mormente encontrando-se o Passa Sete com água imprópria para o consumo (Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, 2014, p. 3/4). De acordo com o Relatório,

A atividade mineradora independente de sua localização ocasiona impactos ambientais significativos (degradação da paisagem, supressão da vegetação, retirada da cobertura vegetal com a extração do minério, rebaixamento do lençol freático, erosão assoreamento, poluição atmosférica, dentre outros) que corroboram com a diminuição e escassez da água na região.

Sendo assim pelo fato das nascentes estarem na mesma linha geomorfológica (conforme anexo X e XI) e não apresentarem nenhum impacto antrópico, os estudos nos apresentam possíveis relações com a proximidade da empresa ao local visitado.

Face ao exposto, que o empreendimento Anglo American, apresente os estudos hidrogeológicos da área afetada em um prazo de 30 dias, no intuito de esclarecer a relação da localização do empreendimento com a escassez da água nos locais supracitados. Para fim de esclarecimento peço que junto aos estudos hidrogeológicos venham conter se for o caso as justificativas e possíveis ações para resolver o problema de abastecimento de água desses moradores do entorno da comunidade de Água Quente (Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, 2014, p. 6. Grifos acrescidos).

Em julho de 2013, a equipe do GESTA esteve com algumas famílias do entorno de Água Quente mencionadas no relatório citado, na localidade denominada Gramichá. À época, acompanhou uma moradora a uma nascente – compartilhada com outras três famílias – que estava secando. De acordo com a moradora, havia mais de um ano que a vazão estava diminuindo, de forma muito mais acentuada do que nos períodos anteriores de seca. Ela associou o processo ao fato de “estarem ‘cavacando’ na cabeceira dela”. A calha estava cheia de barro, denunciando os níveis anteriores de água. Um cavalo estava atolado. Antes, disse, a corrente era forte, escutava-se o barulho da água. Agravada pela impossibilidade de utilizar a água do córrego Passa Sete para as atividades diárias, a pouca disponibilidade de água (e sua má qualidade) provocava mudanças importantes no cotidiano: uma grande horta cultivada ao lado do rio teve que ser abandonada, pois no ano de 2012 as plantas haviam morrido depois de terem sido regadas com a água do rio; com a vazão diminuída, aumentavam os cuidados com a nascente e a calha, pois “qualquer folhinha, agora atrapalha”; para lavar cobertores, ela

passou a andar até outro córrego, o Teodoro, quando antes fazia tudo no rio: lavava louças, roupas, o filho gostava de nadar. Preocupava-se com a aproximação do mês de setembro, quando a seca se acentua.

Em recente visita a algumas comunidades da região, entre 16 e 19 de outubro de 2014, a pesquisadora do GESTA, Ana Flávia Santos, teve notícias acerca dessa mesma moradora, através de uma pessoa bastante próxima, da família. Desde 2013, a situação havia se agravado, pois a nascente secara completamente. Pressionada pela necessidade, ela passara a usar a água do Passa Sete, para lavar louça e fazer comida. Ao ferver a água antes de usar, uma espécie de nata se agarrava às panelas. A água para consumo humano era levada, todo final de semana, por parentes. Paradoxalmente, isso a afastou do convívio familiar, pois as pessoas não podiam lá permanecer por muito tempo, devido à falta de água: “ou a gente levava água para a gente mesmo, ou levava para ela”. A situação tornou-se ainda mais crítica com o episódio da mortandade de peixes no Passa Sete, pois inviabilizou qualquer possibilidade de uso da água do rio.

Nas comunidades de São Sebastião do Bom Sucesso, Beco e Turco, também foram colhidos relatos indicadores de problemas atuais na disponibilidade de água. Em São Sebastião do Bom Sucesso, a água, proveniente de nascente situada na Serra da Ferrugem, já não está disponível por todo o tempo, e alguns moradores se encarregam de, no final do dia, fechar o registro do sistema de caixas d’água que atende à comunidade, para que possam encher durante a noite. Segundo uma moradora, “tem água um dia e falta três”. Os moradores, entretanto, dizem ser muitos os motivos da diminuição da vazão, e relutam em atribuir à Anglo qualquer responsabilidade.



Na comunidade do Beco, há nascentes e poços artesanais secos, ou cujo nível encontra-se bastante rebaixado. A fotografia acima retrata o leito completamente seco, onde anteriormente corria a água da nascente que abastecia algumas famílias da comunidade. Na primeira imagem abaixo, a mancha na parede do poço indica o nível anterior da água.



A segunda retrata um remanso, próximo à nascente, antes utilizado para pesca, dessedentação do gado, inclusive em período de seca.





A fotografia acima reproduz, de forma aproximada, as informações repassadas por um antigo morador do Beco, acerca do processo de secamento de uma das nascentes da comunidade. Ele não ocorreu de uma hora para outra, não podendo ser exclusivamente atribuído à estiagem prolongada e crítica que caracterizou o último ano. A primeira seta indica a localização ordinária da nascente, antes do empreendimento. Por volta de 2009, a nascente diminuiu drasticamente em um período de seca, e reapareceu já em outro local, abaixo do anterior (segunda seta); havia perdido cerca de 30% de sua vazão original. A terceira seta indica o remanso formado por parte das águas dessa nascente, que possuía múltiplos usos, sendo importante inclusive para a dessedentação de animais. O fluxo principal seguia a calha, passando pelo quintal de uma casa, à qual abastecia, se juntando, em um segundo quintal, a uma outra fonte, de onde seguia abastecendo outras famílias. Para o morador, desde a chegada da mineração muitos pressentiram o problema da escassez hídrica: *Nós sabemos que a serra é a mãe das nossas águas.*

O rebatimento dessa situação sobre a criação de gado, observada sobretudo no Beco, alcança proporções graves. Duas famílias relataram a perda de aproximadamente uma dúzia de cabeças de gado cada uma, nos últimos quinze dias (visita de outubro). Não se trata apenas, há que se enfatizar, dos efeitos do fenômeno climático da seca, mesmo que pronunciado. A associação da ausência de chuvas – que redundava em pastos secos –, com a escassez de água – o secamento ou a drástica redução de fontes que antes permaneciam com vazão mesmo na época de seca –, potencializa as perdas e os prejuízos com os animais. Sem pasto, o gado é obrigado a andar mais para encontrar comida; quando encontra, já exaurido, precisa andar ainda mais para encontrar água, e acaba por não resistir. Iniciativas mais drásticas no sentido de tentar proteger o rebanho, como a construção de pequenos barramentos, podem dar azo a conflitos internos. Na fotografia abaixo, restos de ossadas de gado em uma área na comunidade do Beco.



No Turco, além de problemas diversos causados pela implantação do mineroduto – inclusive no que diz respeito às águas superficiais – também foram mencionados diminuição da vazão de nascentes e poços, e problemas no abastecimento da água que vem de São Sebastião do Bom Sucesso, inclusive no que diz respeito à qualidade com que ela tem chegado (em termos de cor, odor). A perda de cabeças de

gado também foi mencionada. Uma das questões mais enfatizadas foi, contudo, o forte tremor causado pelo mineroduto em diversas casas da comunidade, que havia inclusive motivado uma manifestação pública da comunidade, com o fechamento da MG-010, poucos dias antes. Nesse aspecto, a situação da comunidade do Turco evidencia o *nonsense* de considerar “impactos” segundo os limites arbitrários construídos na burocracia: como separar “impactos da mina” e “do mineroduto”, se as alternativas de permanência ou deslocamento devem se construir a partir das situações reais vivenciadas pelas comunidades?

III.2 Qualidade do Ar

O monitoramento da qualidade do ar nas imediações de grandes empreendimentos minerários deve ser realizado pelo empreendedor por motivo de controle, prevenção e reparação de taxas de emissão que podem acarretar danos à saúde da população de entorno. A Resolução CONAMA nº 03 de 1990 estipula padrões primários e secundários de qualidade do ar, sendo que padrões primários são concentrações de poluentes que, se ultrapassados poderão afetar a saúde da população. Já os padrões secundários, são concentrações de poluentes capazes de provocar o mínimo dano à fauna, flora, materiais e ao meio ambiente em geral. No Estado de Minas Gerais, os mesmos critérios foram fixados pela Deliberação Normativa COPAM nº01 de 1981 (BRANDT, 2007).

A atividade mineradora contribui substancialmente para o aumento dos problemas de saúde nas pessoas residentes em suas adjacências. Assim sendo, não apenas o esgotamento dos recursos minerais é motivo de preocupação para a população local, como também os prejuízos à saúde física que esta prática pode causar. Segundo Almeida (1999):

Poluentes atmosféricos podem afetar a saúde humana de diversas formas. Os efeitos vão desde o desconforto até a morte. Alguns desses efeitos incluem irritação dos olhos e das vias respiratórias, redução da capacidade pulmonar, aumento da suscetibilidade a infecções virais e doenças cardiovasculares, redução da performance física, dores de cabeça, alterações motoras e enzimáticas, agravamento de doenças crônicas do aparelho respiratório tais como asma, bronquite, enfisema e pneumoconioses, danos ao sistema nervoso central; alterações genéticas, nascimento de crianças defeituosas e câncer (ALMEIDA, I.T. 1999, p.18).

Por este motivo, é necessário, por parte do empreendedor, o acompanhamento integral e minucioso da quantidade de emissão de Partículas Inaláveis e Partículas Totais em Suspensão em todo o perímetro circundante à ADA, levantamento que, segundo documento do Diversus (2014), não está sendo devidamente feito pela Anglo American. O referido documento destaca que só tardiamente foram feitos monitoramentos de Partículas Totais em Suspensão (PTS) e Partículas Inaláveis (PI), mesmo assim, são insuficientes em números de pontos de monitoramento. Estes parâmetros são importantes, pois, são as partículas de menor dimensão que apresentam maior potencial de inalação pelas vias respiratórias da população afetada, com consequências graves à saúde humana.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento realizado pela Brandt Meio Ambiente no ano de 2007, foram monitorados entre os anos de 2006 e 2007 as comunidades da Vila do Sapo e Itapanhoacanga. **Após a emissão da LP no ano de 2008, a empresa não mais realizou atividades de monitoramento nas adjacências da ADA até o mês de outubro de 2010.** Assim sendo, a variável descrita não foi monitorada durante o intervalo entre a LP e LI fase II e, por consequência, não se sabe efetivamente o grau de perturbação provocado pelas atividades iniciais da empresa de mineração no local. Somente após a imposição da condicionante nº 17, proposta pela SUPRAM no documento que formalizou as condicionantes necessárias para a obtenção da LI fase II que a empresa foi obrigada a

(...) encaminhar a Supram - Jequitinhonha, relatório consolidado, com interpretação dos resultados obtidos pelo monitoramento da qualidade do ar conforme pontos de monitoramento meteorológico e da qualidade do ar definidos no Programa de Monitoramento de Qualidade do Ar. Prazo: Semestralmente, considerando como datas-base os dias 30/06 e 31/12 ao longo da vigência da LI (SUPRAM, dezembro de 2011).

Observa-se que, no caso da estação de monitoramento que deveria estar no centro da comunidade do Beco, a Diversus aponta que a mesma está a 1,5km de distância do adensamento populacional (DIVERSUS, 2014, p.91).

Durante as entrevistas realizadas no trabalho de campo da Diversus, foi frequente a constatação de problemas relacionados à poeira e à queda da qualidade do ar após a chegada do empreendimento, fato impossível de ser desconsiderado, pelo alto índice de respostas positivas dos entrevistados, **tendo 14 das 22 comunidades estudadas constatado perturbações após a chegada da companhia de mineração.**

Questão: Você já percebeu alguma alteração na região onde vive que acredita estar relacionada ao projeto?

Esta questão foi respondida por 398 entrevistados, dos quais 109 (26,20%) declararam não perceber nenhuma alteração na região relacionada ao Projeto de Mineração e 289 (69,47%) afirmaram já ter identificado alguma mudança em função do empreendimento (DIVERSUS, 2011, p.114).

(...) situações como a rachadura da casa, a poeira excessiva, a insegurança por causa do fluxo de pessoas estranhas, a qualidade da água e o fechamento de uma estrada também foram enfatizados em todos os grupos [focais] (DIVERSUS, 2011, p. 156).

Cabe aqui um questionamento frente aos resultados do monitoramento feito, pois **as comunidades de Ferrugem, Córregos, Serra de São José, São José do Arruda e Gondó, todas elas inseridas na AID à oeste do empreendimento de mineração não foram monitoradas da mesma maneira, mesmo existindo indícios de impactos na qualidade do ar das localidades citadas, devido à ação de instalação do empreendimento.**

Em relação aos resultados obtidos pelo monitoramento, percebe-se um aumento significativo de partículas em suspensão durante o período de julho/2011 a outubro/2011 nos pontos Comunidade do Sapo e Fazenda Cornélia. Segundo o documento,

(...) a elevação dos níveis de concentração de PTS na comunidade do Sapo relaciona-se particularmente ao trânsito local de veículos, bem como às inerentes características meteorológicas dos meses de outono e inverno, que apresentam baixas temperaturas e períodos de estiagem, que dificultam a dispersão atmosférica (FERREIRA ROCHA, 2013, p. 59; grifos acrescidos).

(...) a estação de monitoramento Fazenda Cornélia, segundo indicado pela empresa que realiza o monitoramento, apresenta o inconveniente de sua instalação estar localizada próxima a um local onde há grande movimentação de gado em direção à pastagem e onde é feito o reaproveitamento de dejetos para a produção de fertilizante, ambas atividades consideradas importantes fontes de geração de poeira (FERREIRA ROCHA, 2013, p. 60; grifos acrescidos).

De acordo com o empreendedor, o “período seco” justifica todas as ocorrências de elevação para além do padrão primário. Não obstante, tendo em vista a data de emissão da LI fase II (dezembro de 2010), é possível atribuir o aumento das emissões a uma intensificação das atividades de instalação. **Se foi constatado esse aumento, então**

ele é um impacto do empreendimento, mesmo que os valores apresentados estejam de acordo com a legislação vigente. **A Anglo American não pode simplesmente atribuir os picos percebidos a efeitos sinérgicos sem ter coletado de forma efetiva as percepções dos principais afetados pelas perturbações proporcionadas, os moradores locais.**

Ainda em relação às alterações da quantidade de PTS percebidas nos pontos de monitoramento da Anglo American, a própria SUPRAM reconhece, em Parecer Único expedido em junho de 2013 que “no decorrer desses dois anos de monitoramento houve ultrapassagens nos padrões primários e secundários para os padrões de partículas totais em suspensões e partículas inaláveis principalmente nas comunidades do Sapó, Beco e Fazenda Cornélia” (SUPRAM, 2013 p.19), reforçando assim a necessidade de monitoramentos mais efetivos nas comunidades adjacentes à ADA.

Com o intuito de evidenciar repercussões dessa situação, foi efetuada uma consulta ao DATASUS, que contém dados relacionados à incidência de doenças respiratórias em municípios pertencentes ao território brasileiro. O sistema disponibiliza informações relevantes quanto a procedimentos de inalação que foram feitos nos hospitais de Conceição do Mato Dentro, sendo possível estabelecer relações entre a variável descrita – a qualidade do ar – e o desenrolar da instalação do empreendimento no ano de 2011.

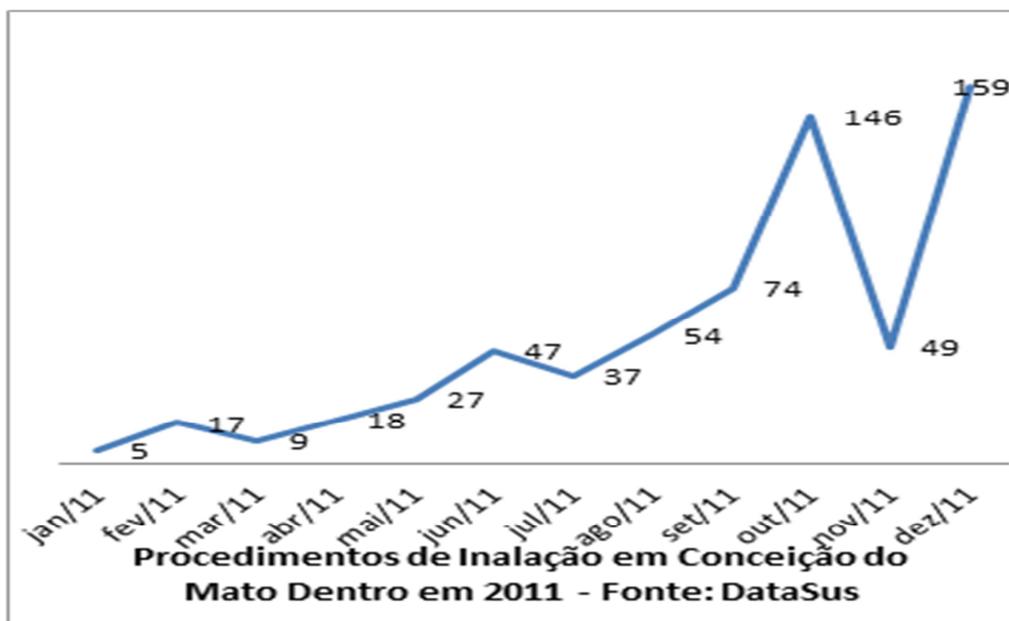


Figura 4: Procedimentos de Inalação em Conceição do Mato Dentro.

Conforme a Figura 4, a partir do mês de junho de 2011 houve um aumento de procedimentos de inalação em postos de saúde de Conceição do Mato Dentro. **Quando se compara os valores anuais totais dos anos de 2009, 2010 e 2011, é possível perceber que os valores triplicaram em 2011** (DATASUS, 2013).

Observa-se ainda que as comunidades não monitoradas vêm sofrendo com a estratégia utilizada pelo empreendimento de desconsiderar os impactos percebidos em pontos situados a oeste da ADA. Segundo relatos transcritos em publicação recente de Denise Pereira (2013), existem grandes incertezas quanto aos possíveis impactos do empreendimento para os moradores da Comunidade de Córregos, principalmente devido à constância de explosões naquele local. De acordo com o Diagnóstico Diversus (2011, p. 104), as comunidades pesquisadas que mais citaram o problema da poeira foram Córregos (seis indicações), São Sebastião do Bom Sucesso (três indicações), Serra da Ferrugem e Beco (duas indicações cada), **duas delas não monitoradas nos últimos seis anos.**

III.3 Ruídos

Um dos impactos do empreendimento destacado pelos atingidos no estudo da Diversus está relacionado a ruídos e vibrações provenientes das construções e usos de explosivos na área. Com relação ao tema, o Diagnóstico feito pela Diversus destaca:

*Informações sobre os procedimentos de segurança adotados pelo empreendedor são, segundo o mesmo, repassadas aos moradores da região. Pela mesma forma, estariam sendo adotados procedimentos de monitoramento sobre seus efeitos para a região. Não obstante, **considerando-se o número e a intensidade das reclamações registradas, sobretudo em Córregos, ou as informações não estão sendo repassadas de forma satisfatória ou os monitoramentos não têm sido eficientes** (DIVERSUS, 2011, p. 317).*

No Estudo de 2014, a Diversus recupera dados de monitoramento de ruído ambiental provenientes da Anglo American. As análises abarcam dados referentes a 2011, 2012 e início de 2013. Nesses três anos foram registradas ocorrências de ruídos acima dos valores de referência, alguns dos quais não mencionados no relatório consolidado pela empreendedora. Tais **infrações** aos parâmetros permitidos legalmente **convergem com as constatações feitas pelas populações locais.** A assertiva da empreendedora de que as infrações decorrem “somente da manifestação mais acentuada

da fauna” é desprovida de evidência ou comprovação, não sendo informada qual metodologia foi utilizada para se chegar a essa conclusão. Além disso, não é apresentado embasamento teórico para a afirmação de que uma manifestação acentuada da fauna seja “comum no período chuvoso”. Finalmente, o relatório pressupõe que “não foi percebido” nenhum ruído proveniente do empreendimento nos períodos de infração, mas também não esclarece a metodologia utilizada para verificar a proveniência do ruído sonoro medido pelo aparelho. O relatório nos permite questionar possíveis falhas no monitoramento de ruídos sonoros, assim como sobre a falta de monitoramento em locais relevantes. Informações essas que o Relatório de 2014 da Diversus não questiona.

Moradores da comunidade de Passa Sete, localizada a jusante Barragem de Rejeitos, não consideram as perturbações insignificantes, principalmente as famílias que moram mais próximas da ponte na MG-010 sobre o Córrego Passa Sete. Em entrevistas realizadas pela equipe do GESTA/UFMG, em julho de 2013, famílias da comunidade relataram que existem barulhos constantes de máquinas e explosões, principalmente à noite, e que são ainda maiores na área onde faz o plantio. Uma das famílias relatou que além de máquinas e explosões, conseguem ouvir até mesmo vozes de trabalhadores da barragem. Ressalta-se que não há monitoramento dos ruídos e vibrações nessa área e os impactos sobre essas famílias são desconsiderados pelo empreendedor.

III.4 Trânsito

Tendo em vista a afirmação de que a questão do perigo relacionado à intensificação do trânsito na MG-010 estaria resolvida pela determinação da empreendedora de estabelecer um rígido controle de velocidade dos veículos a ela vinculados, apresentamos as considerações a seguir. A mera afirmação representa, de fato, argumento capaz de comprovar um trato adequado frente aos impactos provocados. Pelo contrário, as evidências mostram uma relativa piora nos aspectos relativos ao trânsito, tendo os resultados da pesquisa apresentada no Relatório Cidade e Alteridade (2013), bem como os diversos relatos feitos nas Audiências Públicas, apontado para certa negligência do empreendedor no quesito.

Inicialmente, há que se observar que não se trata de um impacto de baixa magnitude, **dadas as graves consequências da intensificação do trânsito na região.** A partir de consulta ao banco de dados da Polícia Militar de Minas Gerais, foi possível estabelecer uma relação direta da mineração com o aumento do número de crimes de

trânsito em Conceição do Mato Dentro, principalmente a partir de 2010. Os crimes mais comuns dessa natureza são: abalroamento com vítima, atropelamento, capotamento, colisão, omissão de socorro, conduzir veículo sob influência de álcool ou outras substâncias e a falta de habilitação/permissão para dirigir.

Percebe-se, aliás, que a partir do ano de 2009 a quantidade de delitos no trânsito aumenta em taxa exponencial. O município deteve, durante praticamente toda a década passada, uma média anual de vinte crimes por ano, taxa considerada baixa quando se leva em conta as médias dos municípios brasileiros. Entretanto, **de 2009 para 2012 os eventos triplicam, aumentando a uma taxa de aproximadamente 280%.**

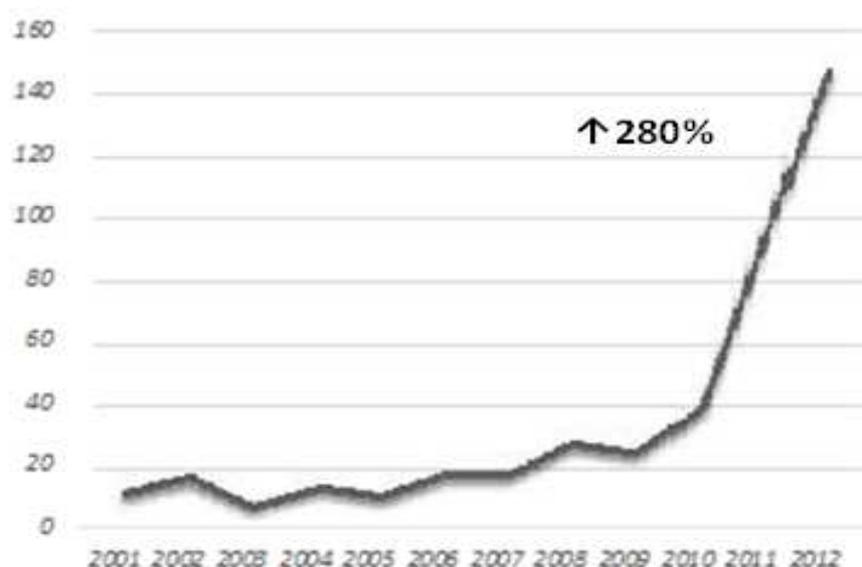


Figura 5: Quantidade de crimes relacionados ao trânsito em Conceição do Mato Dentro, 2001 a 2012. Fonte: PMMG, 2013.

Conforme depoimentos coletados em trabalho de campo, **o aumento da frota de veículos no município tem relação direta com a mineração. Para o policial entrevistado, os crimes de trânsito são cometidos, principalmente, por funcionários que trabalham para a Anglo American.** A grande maioria é presa por dirigir alcoolizado ou por falta de habilitação (Entrevista com representante da Polícia Civil, Julho 2013). Alguns relatos de moradores locais confirmam que as “caminhonetes da empresa” andam em alta velocidade, colocando em risco a vida dos transeuntes e de outros motoristas. Nas localidades do Beco e de Água Quente, foram mencionados acidentes que ocorreram nas estradas vicinais, envolvendo moradores de motocicletas e os carros da empresa (Entrevistas com moradores locais, Julho de 2013). Também em

São Sebastião do Bom Sucesso se relatou a ocorrência de mais de acidente bem próximo a casas que estão situadas à margem da rodovia (entrevistas com moradores locais, outubro de 2014). Na Tabela 1 é possível perceber a evolução do número da frota de veículos em Conceição do Mato Dentro e constatar o incremento desta, principalmente a partir de 2010.

<i>Frota*</i>	2012	2011	2010	2009	2007	2006	2005
<i>Automóvel</i>	1.758	1.458	1.273	1.098	905	861	792
<i>Caminhão</i>	126	106	100	94	77	73	70
<i>Caminhão trator</i>	1	1	1	3	4	3	3
<i>Caminhonete</i>	313	231	207	166	120	86	72
<i>Camioneta</i>	67	58	55	0	0	0	0
<i>Micro-Ônibus</i>	38	24	20	13	8	6	3
<i>Motocicleta</i>	1.544	1.441	1.231	1.046	676	479	384
<i>Motoneta</i>	116	108	98	82	63	50	36
<i>Ônibus</i>	173	152	128	115	83	68	60
<i>Trator de rodas</i>	3	0	0	0	0	0	0
<i>Utilitário</i>	24	10	6	0	0	0	0
<i>Outros</i>	22	18	16	0	0	0	0

Tabela 1: Número de veículos emplacados, por ano, em Conceição do Mato Dentro, 2005 a 2012.

*Não foram disponibilizados dados de 2008. Fonte: IBGE Cidades, 2013.

Constata-se, ainda, a falha na sinalização e a falta de orientação aos motoristas terceirizados que, conseqüentemente, contribuem para o incremento do número de infrações e de crimes de trânsito. Até mesmo a placa sobre o Córrego Passa Sete, que fica próximo à entrada para a mina do empreendimento, não está no lugar, estando



jogada às margens da rodovia MG-010.

Figura 6: Ponte na MG-010 sobre o Córrego Passa Sete, Conceição do Mato Dentro,

III.5 Segurança

Consideramos importante também apresentar observações acerca do tema da segurança, tendo sido o problema muito citado no diagnóstico da Diversus de 2011, porém pouco tratado no estudo de 2014.

O relatório produzido pela Diversus, assim como o trabalho de campo realizado pelo GESTA/UFMG em Julho de 2013, apontam para uma grande preocupação da população local em relação à segurança nas comunidades onde vivem. A vinda de um grande contingente populacional desconhecido para as regiões em que vivem configura-se como um impacto significativo nas comunidades. Diversas entrevistas então conduzidas pela equipe do GESTA/UFMG na comunidade de Água Quente mostraram como homens e mulheres tiveram suas rotinas e costumes alterados devido à insegurança gerada pelo empreendimento, passando a viver com receio e medo. Todos os moradores relatam que mulheres e crianças receiam andar sem companhia pelas ruas e estradas da comunidade, devido à presença constrangedora de homens desconhecidos que trabalham no empreendimento.

O Estudo da Diversus afirma tão somente que, constituindo a “insegurança” provocada pelo afluxo de pessoas estranhas um problema inerente a grandes projetos, não há como mitigá-lo, apenas como compensá-lo (DIVERSUS, 2014, p. 104).

São graves, porém, as consequências para a população local, segundo o Relatório Cidade e Alteridade (2013), que apresenta análises baseadas no *Dossiê sobre a Segurança Pública em Conceição do Mato Dentro* (2012), elaborado pelo CONSEP, Conselho Comunitário de Segurança Pública do município, e em entrevistas com representantes da Polícia Militar de Minas Gerais, realizadas em julho de 2013.

Segundo o relato dos representantes das Polícias Civil e Militar que atuam no município de Conceição do Mato Dentro, junto com a atividade minerária observou-se um “aumento no número de crimes, principalmente aqueles que se relacionam com o tráfico de drogas, assaltos à mão armada aos comércios e residências, violência contra a mulher e crimes de trânsito” (CIDADE E ALTERIDADE, 2013, p. 38/39). A Figura 14 apresenta o número de crimes ocorridos em Conceição do Mato Dentro entre 2001 e 2012.

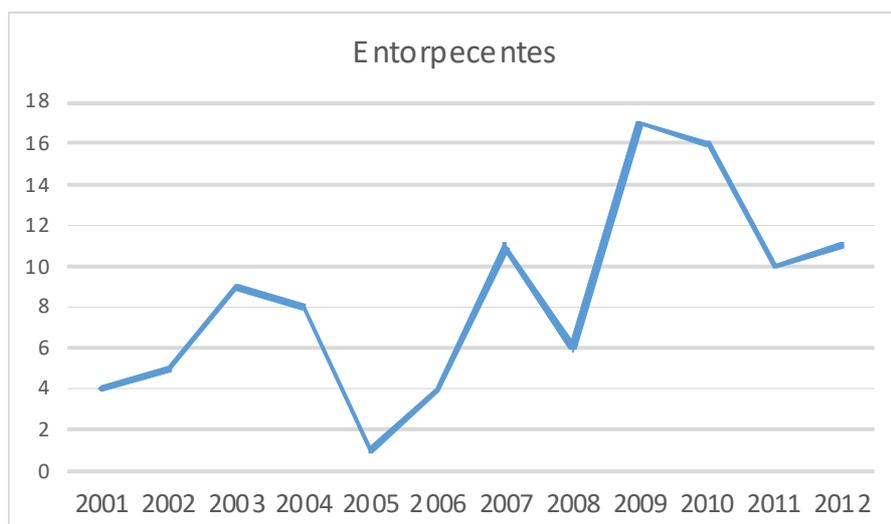


Figura 14: Número de crimes relacionados às drogas, ocorridos em Conceição do Mato Dentro, 2001 a 2012. Fonte: PMMG, 2013. Cidade e Alteridade, 2013

A partir dos dados destacados, é possível observar um aumento de 36,8% no número médio de crimes ocorridos anualmente, a partir de 2009. Quando se detalha a natureza desses crimes, é possível verificar o aumento daqueles que foram indicados pelos policiais com maior crescimento. O gráfico a seguir destaca o incremento dos crimes relacionados a entorpecentes, incluindo posse, aquisição, guarda e tráfico. O aumento se dá, principalmente, no ano de concessão da Licença de Instalação do empreendimento, em 2009.

O relatório destaca ainda que, segundo os relatos, não é difícil comprar drogas no município e que houve um aumento da “clientela” com a chegada da mineração. Isso se dá pelo número maior de pessoas circulando pela cidade, assim como “pelas condições de trabalho e de habitação dos operários que acabam recorrendo ao uso de álcool e de outras drogas para amenizar o desgaste físico e mental” (CIDADE E ALTERIDADE, 2013, p. 40).

Um dos policiais entrevistados destacou que os alojamentos dos trabalhadores estão em condições insalubres. Segundo ele, “essas condições de vida contribuem para a pessoa querer usar droga” (CIDADE E ALTERIDADE, 2013, p. 40). O relatório ressalta ainda estudos que abordam a relação desse tipo de trabalho com o uso de álcool e drogas ilícitas. Fonseca aponta que:

(...) há uma grande frequência de casos (individuais) de alcoolismo observada em ocupações (...) de trabalho monótono em que a pessoa trabalha em isolamento do convívio humano (vigias) e situações de trabalho que envolvem afastamento prolongado do lar (viagens

frequentes, plataformas marítimas, zonas de mineração (FONSECA, 2007, p.601, apud CIDADE E ALTERIDADE, 2013, p. 40).

Essa situação de trabalho e moradia ficou evidente quando, em 3 de julho de 2013, um dos alojamentos para operários de uma empresa terceirizada da Anglo American foi incendiada, por iniciativa dos próprios trabalhadores. Os operários reivindicavam melhorias salariais, de alimentação e de salubridade (CIDADE E ALTERIDADE, 2013, p. 41).

A Figura 15 mostra que problemas relacionados às drogas tiveram um aumento no município. Segundo um dos policiais entrevistados, nenhuma morte relacionada ao tráfico de drogas havia ocorrido em 2010. Contudo, em 2013, já haviam ocorrido três mortes em decorrência do tráfico.

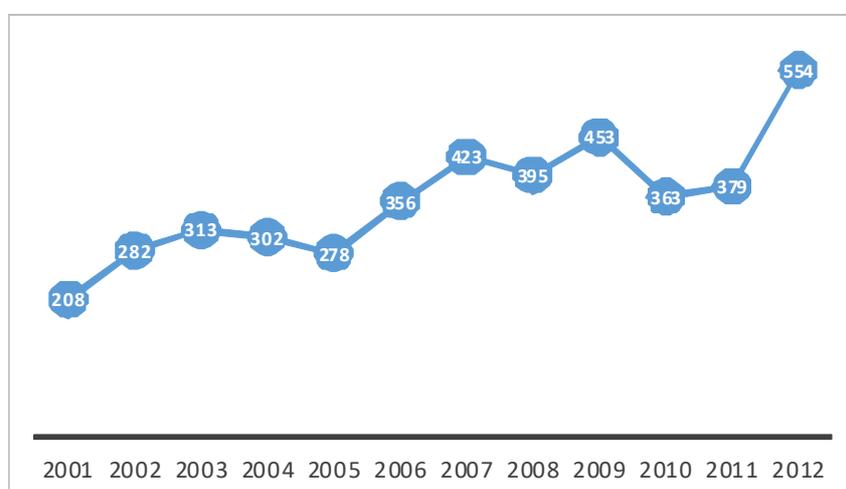


Figura 15: Número de ocorrências relacionadas com tráfico e consumo de drogas ocorridos em Conceição do Mato Dentro, 2001 a 2012. Fonte: PMMG, 2013. Cidade e Alteridade.

O crescimento do uso de armas de fogo em assaltos, tentativas de assassinatos, assassinatos, porte, latrocínio e outros, é revelado na Figura 16:

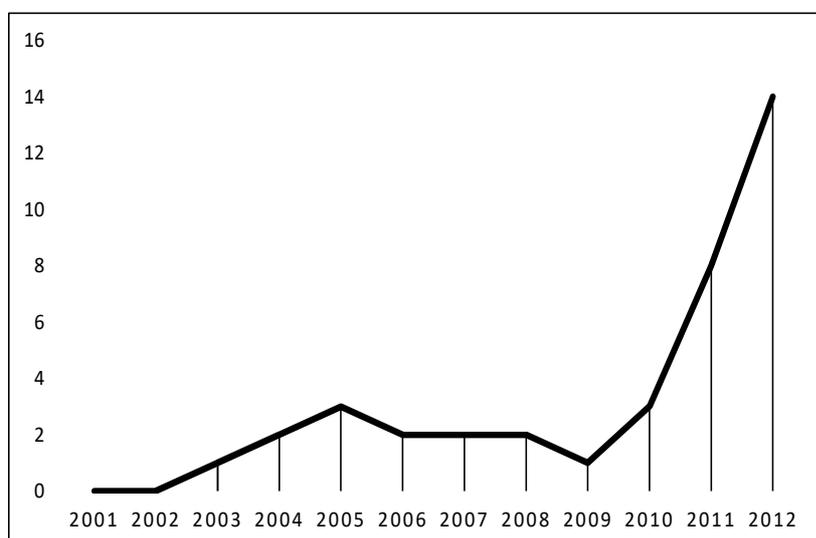


Figura 16: Disparo e apreensão de arma de fogo em Conceição do Mato Dentro, 2001 a 2012.
Fonte: PMMG, 2013. Relatório Cidade e Alteridade.

Outro tipo de crime que tem chamado à atenção é a violência contra a mulher.
De acordo com o estudo da PMMG:

(...) a diferença no número de homens e mulheres que antes do empreendimento era ínfima e equilibrada, agora sofreu um descompasso terrível: o número de homens tornou-se maior que o número de mulheres. Talvez o fenômeno possa explicar o aumento de separações e consequentemente o aumento expressivo dos casos de violência doméstica contra a mulher (PMMG, 2012, p.22).

Não foi possível resgatar dados anteriores ao ano de 2010, mas, de acordo com os registros de entradas na Polícia Civil, a partir de 2010 houve o aumento de denúncias de violência contra a mulher em Conceição do Mato Dentro, via Lei Maria da Penha.



Figura 17: Número de denúncias via Lei Maria da Penha, em Conceição do Mato Dentro, 2010 a 2013.
Fonte: Polícia Civil de Minas Gerais, 2013. Relatório Cidade e Alteridade.



Figura 18: Fogo no alojamento da Montcalm, em Conceição do Mato Dentro. Fonte: SILVA, Marcelo. Publicado em 03/07/2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yRdxEkUc9MQ>>. Acesso em 27 set. 2013. Cidade e Alteridade, 2013.

IV Sobre as comunidades no entorno do empreendimento

Na seção em que trata da “Situação das comunidades do entorno do empreendimento”, a Diversus se propõe a analisar

Algumas das principais dúvidas, reclamações ou demandas por parte de membros das comunidades citadas por eles como impactos decorrentes do empreendimento durante o diagnóstico desenvolvido pela Diversus (2010/2011), bem como em reuniões do COPAM, da REASA e em Audiências Públicas sobre o empreendimento (DIVERSUS, 2014, p.103).

Ao formular desse modo o propósito da análise, contradiz um dos objetivos específicos do Estudo, explicitado na metodologia: “analisar a situação **atual** de cada comunidade frente aos impactos decorrentes do empreendimento”. Essa contradição decorre de uma grave deficiência da metodologia empregada, depreendendo-se que a análise foi procedida **sem que houvesse novo trabalho de campo, destinado a atualizar, em diálogo com os moradores, a situação de cada uma das comunidades.**

Ora, o tratamento dado às informações produzidas em 2010 e 2011 pela própria Diversus não minimiza a lacuna gerada pela não produção de dados atuais substantivos acerca das comunidades do entorno. Ao contrário, aprofunda-a, na medida em que a empresa, na tentativa de explicar resultados tão díspares como os consubstanciados no estudo de 2011/2012, e no de 2014, diminui conscientemente o alcance do primeiro, afirmando que eles devem ser lidos exclusivamente como o resultado de um estudo de “percepção ambiental” – ou seja, como “os moradores da região se referem a problemas **segundo sua ótica de percepção da realidade**”. “**Não se trata**”, explicam na introdução, “**da análise do problema em si**, mas de sua indicação a partir da percepção daqueles que foram entrevistados” (DIVERSUS, 2014, p. 103; p. 11. Grifos acrescidos).

O divórcio entre “a percepção” e a “coisa em si” contraria entendimentos consolidados nas Ciências Sociais, bem como desenvolvimentos contemporâneos da Teoria Antropológica. Desde as primeiras teorias sociológicas elaboradas por Émile

Durkheim, os cientistas sociais sabem que os significados não estão represados na mente individualizada das pessoas, mas são socialmente construídos, ou seja, eles são públicos, emergem na representação coletiva. As representações alcançam o terreno das práticas sociais, sendo ao mesmo tempo forma de conhecimento e guia para as ações sociais (DURKHEIM, 1994). Na literatura contemporânea, o antropólogo Tim Ingold (2000, p. 168) nos ensina que:

*De acordo com o **senso comum**, é necessário fazer distinção entre o meio ambiente "real", tal como ele é apresentado ao observador imparcial e científico, e o meio ambiente "percebido", tal como ele é construído pela resposta seletiva das pessoas aos estímulos.*

Desta forma, é, pois, uma formulação do senso comum, e não técnica, a separação proposta pela Diversus para o enquadramento dos resultados do Diagnóstico produzido em 2011/2012. A antropologia moderna demonstra que “o mundo faz sentido para as pessoas através da forma como ele é vivido por elas, e não através da forma como ele é formalmente desenhado” (INGOLD, 2000). Com efeito, os significados não são atrelados aos objetos do mundo pela mente (do indivíduo). Ao contrário, esses objetos (o real), assumem significados pela sua **incorporação aos padrões característicos das atividades cotidianas das pessoas**. Os significados são imanescentes aos contextos relacionais de engajamento prático das pessoas com o meio ambiente no qual elas vivem (INGOLD, 2000, p. 168, tradução nossa, grifos acrescidos). Em suma, a realidade sociocultural, o modo de viver e as dinâmicas socioambientais não existem independentes das representações coletivas sobre essa realidade. Os profissionais que assinam o estudo reproduzem, portanto, **concepções do senso comum**.

Não se trata aqui, porém, de mera discussão acadêmica, posto que o entendimento firmado no estudo possui repercussões sérias no alcance da análise procedida e, por consequência, no reconhecimento dos impactos e do universo de atingidos, bem como na avaliação da eficácia de medidas mitigadoras. Acompanhando o raciocínio acima, pode-se dizer que a boa prática da metodologia utilizada pelas Ciências Sociais prevê que a produção do conhecimento sobre as modificações provocadas por uma obra da magnitude do empreendimento Minas-Rio deva ter como **ponto de partida as legítimas observações e experiências fenomenológicas dos sujeitos encarnados em suas relações com os ambientes do seu viver, condição para a produção não só do conhecimento sobre as modificações reais trazidas pelo**

empreendimento, mas plataforma inescapável para um tratamento equânime da questão dos danos e impactos.

A própria URC Jequitinhonha, em sua 42ª Reunião Ordinária, reconheceu a necessidade do registro da complexidade da realidade local para aferimento dos “impactos”:

que o cadastro social será as relações sociais dos atingidos, com quantidades de pessoas da família, laços com a comunidade, o que está sendo atingido e de que forma está sendo atingido, enfim, todas as questões sociais dos moradores das propriedades (COPAM, 2012, linhas 362 a 365).

Trata-se de uma idéia - a de que os impactos ambientais não podem ser dissociados dos usos do ambiente pelas populações locais, que são sensíveis a eles – que se encontra expressa em formulações de caráter, inclusive, normativo, como o artigo primeiro da Resolução CONAMA 01/1986, que afirma que a definição de impacto se dá em relação às atividades sociais:

Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986; grifos acrescentados).

A Diversus, ao dissociar a “percepção” dos “problemas reais”, sentiu-se autorizada a avaliar impactos e ações mitigatórias de forma descontextualizada. Nas subseções em que analisa, genericamente, a situação das comunidades do entorno, admite a existência de impactos, mas logo os minimiza, avaliando que foram previstos no EIA e que se encontram devidamente mitigados, em geral com base nos parâmetros produzidos nos monitoramentos, sem levar em consideração o modo como esses efeitos se imbricam nas práticas sociais e transformam as condições de produção e reprodução das comunidades.

Um exemplo é a poeira (geração de material particulado), tratada na seção anterior e em algumas subseções destinadas às comunidades do entorno como alvo de medidas crescentes em eficácia – como a intensificação da umidificação da MG-010, construção de muro na Escola São José do Arruda. Não obstante, essa avaliação desconhece consequências práticas decorrentes da poeira para o cotidiano das

comunidades. No trabalho de campo realizado em outubro, todas as comunidades visitadas mencionaram a poeira como problema significativo, indicando, inclusive, a não umidificação da MG-010 em um dos horários de pico (final da tarde), e de estradas vicinais também muito utilizadas pela Anglo ou por suas subsidiárias, como a estrada do Beco. Além de problemas respiratórios em crianças e adultos, os moradores entrevistados reiteraram o prejuízo às roças e plantações: as plantas, empoeiradas, “encroam”. Impossibilitou também a continuidade de algumas produções, como alertou um senhor do Turco, conhecido pela qualidade do polvilho de mandioca que fabricava. A “goma tem que ser branquinha, mas se a coloco para secar”, explicou, “a poeira a deixa vermelha”.

Como afirma o Ministério Público do Estado de Minas Gerais em seu Guia Técnico,

(...) mesmo empreendimentos que cumprem os padrões e diretrizes normativas também podem ser causadores de impacto ambiental significativo (...).

A significância do impacto ambiental depende do ambiente onde este impacto se dá. Por exemplo, uma mesma emissão de ruídos pode significar um impacto significativo em zona urbana e um impacto não significativo em meio ao deserto. Ou uma mesma emissão de afluentes sanitários pode ser impacto significativo sobre um pequeno ribeirão e um impacto não significativo em um rio caudaloso (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 2012, p. 18, grifos acrescidos).

Não por acaso muitos dos moradores que estiveram presentes às reuniões de apresentação do trabalho em São Sebastião do Bom Sucesso e Água Quente não se sentiram considerados nas avaliações feitas pela equipe. A comunidade do Gondó chegou a produzir um documento que foi entregue em mãos à equipe, com sérios questionamentos aos resultados referentes à comunidade, mas não há, no texto final, respostas às questões levantadas.

Na introdução do Estudo, a Diversus caracteriza as comunidades do entorno como comunidades tradicionais; essa caracterização é reafirmada na seção 4.2, muito embora, como dito acima, não incorpore esse modo de vida ao descrever a situação das mesmas em face do empreendimento. Diante dessa caracterização – a da tradicionalidade dos modos de vida locais –, uma ausência em particular chama a atenção pela sua importância: a dimensão das redes de vizinhança, de reciprocidade, de cooperação, de sociabilidade enfim, fundamentais à reprodução social das famílias.

Como aponta Candido, a vida rural supõe um “mínimo de sociabilidade”, que se concretiza no grupo de vizinhança — agrupamento de famílias “mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e atividades lúdico- religiosas” (1987, p. 62) —, unidade básica sem a qual não há vida social estável (id. *ibid.*, p. 74).

Note-se que a efetiva consideração dessa dimensão constituiu pedra angular do Termo de Acordo de Irapé, instituído desde 2010 no Licenciamento do Minas-Rio como parâmetro mínimo para o tratamento das questões relacionadas ao universo de atingidos. Entretanto, em nenhum momento a Diversus, em seu recente estudo, avaliou a situação das comunidades desde a perspectiva dos efeitos para elas decorrentes do processo crescente de esvaziamento do espaço rural situado no entorno do empreendimento. Nas reuniões realizadas para discussão do estudo, moradores de algumas das comunidades expressaram-se de forma significativa quanto a esse processo de isolamento – como o sentimento de encontrar-se em uma “solitária”. Em alguns lugares assistiu-se a processo de esvaziamento das comunidades (relatados em Diversus, 2011, para a região de Buritis, Taporôco, por exemplo). Não obstante, a questão também é significativa para aquelas comunidades que permaneceram adensadas, como o Turco. Grande produtora de farinha e de outros produtos para o mercado de Conceição do Mato Dentro, meira na fabricação de cachaça no engenho do Sr. Dinarte Picão (produtor da Sapolitana, fabricada em São Sebastião do Bom Sucesso), a comunidade se encontra, hoje, sem poder mais acessar várias de suas alternativas produtivas, pois muitos dos fazendeiros vizinhos, com quem mantinham parceria, venderam as terras, incluindo o Sr. Dinarte, que, recentemente, segundo informações locais, encerrou as atividades do engenho, repassando as terras já vendidas para a Anglo. Não que a comunidade não avalie como positivo o acesso a empregos; alguns, porém, manifestaram a consciência de que se tratam de vagas temporárias, enquanto as mudanças são irreversíveis.

O tratamento dado às comunidades situadas à jusante do empreendimento, ao longo do Passa Sete e Pereira - Água Quente, Passa Sete e Cachoeira, receberam tratamento diferenciado, no que se refere à produção de informações e avaliação de impactos. Não obstante, em que pese o detalhamento das informações, a metodologia de avaliação de impactos adotada perpetua a compartimentalização da análise, impedindo, justamente, que se proceda a uma avaliação integrada dos efeitos do empreendimento em relação às comunidades, seus modos de vida e as condições de sua reprodução social. No caso de Água Quente, descreve-se, por exemplo, o paulatino solapamento

das condições de vida e reprodução das famílias, mas a avaliação, ao fazer repousar a determinação última no somatório da matriz de impactos, se torna incapaz de dimensionar o custo do sobretabalho exigido para a reprodução das famílias e da comunidade. Relatório antropológico do Ministério Público Federal, do ano de 2010, já fazia menção a esse custo:

*Tais impactos não devem ser dimensionados exclusivamente pelo dano ambiental propriamente dito, qualquer que seja sua forma de mensuração (extensão da área assoreada, por exemplo); eles devem ser dimensionados, sobretudo, pelos danos e transtornos causados às famílias e comunidades afetadas, e sempre colocados em relação com as condições de produção e reprodução econômica e social dessas famílias. Nesta perspectiva, é preciso ter claro que os transtornos cotidianos mencionados pelos atingidos durante a vistoria não expressam detalhes insignificantes ou esferas pouco significativas de suas vidas. As famílias atingidas constituem grupos familiares que, tradicionalmente, sobrevivem do investimento de sua própria força de trabalho em terra própria ou de outrem; que não dispõem de elevado capital passível de ser investido em tecnologia; que, para a perpetuação de suas condições de produção e reprodução, dependem da articulação de uma série de atividades e recursos, como das forças produtivas presentes no grupo familiar; bem como da articulação com outros grupos familiares, em circuitos de cooperação simples estabelecidas através de redes de vizinhança, parentesco e compadrio. **Para essas famílias, noites sem dormir, horas em dobro gastas em uma única atividade (como lavar roupas ou captar água em local mais distante), impossibilidade de criar seu próprio animal, de contar com os produtos da horta ou com a venda ou troca do fubá produzido em moinho próprio ou de um vizinho, implicam em tal sobrecarga do conjunto das forças produtivas que, no limite, inviabilizam a própria vida e, portanto, sua permanência naqueles locais** (MPF, 2010, p. 13. Grifos do autor).*

A Diversus busca, reiteradamente, justificar a opção por uma postura inflexível quanto à recomendação de incluir grupos e famílias no Programa de Negociação Fundiária. Já na “Contextualização”, após discorrer sobre as bruscas mudanças nas relações e no modo de vida das famílias que já haviam sido realocadas, alertava ser aquela

...mais uma constatação cabalmente a respeito do que sempre foi a posição da Diversus: reassentamento de famílias, sobretudo em comunidades tradicionais, é medida extrema, recurso a que se deve recorrer apenas quando efetivamente não há nenhuma outra medida cabível (DIVERSUS, 2014, p. 35).

Ora, cabe perguntar, justamente, o que ocorre **quando já não se verificam,**

nos territórios tradicionalmente ocupados, as condições necessárias para a reprodução física e cultural das famílias e comunidades tradicionais!

Há que se observar que o GESTA não advoga o realocamento de todas as famílias e comunidades atingidas pelo Empreendimento Minas-Rio. Sua posição, já expressa nas sugestões que fez à metodologia da Diversus, implicava em que o processo de produção de dados e avaliações técnicas se fizesse acompanhar de um processo de esclarecimento, discussão e avaliação conjunta de cenários atuais e futuros com as comunidades envolvidas, participando estas ativamente, inclusive, da proposição de alternativas. Quanto ao resultado obtido, em que pese a inclusão de algumas comunidades e famílias que permaneciam sem estarem reconhecidas no licenciamento, resta salientar que o estudo resta **insuficiente e incompleto**: não esclarece da forma devida cenários atuais e futuros do empreendimento; não apresenta recomendações precisas que possam vir a sustentar avaliações seguras quanto a alternativas possíveis; desconhece impactos, avaliações e riscos reais (não “temores”) a que estão submetidos as comunidades do entorno do Minas-Rio. Não por acaso termina por obedecer à lógica que tem prevalecido no licenciamento desse empreendimento – a restrição do reconhecimento àqueles atingidos que se encontram em situação crítica, os “emergenciais”. Ainda que não se possa sequer dizer que, mesmo por esse malfadado critério, todos eles estejam efetivamente contemplados.

V Bibliografia

ANGLO AMERICAN. Resposta ao Laudo Técnico elaborado pelo Sr. Fernando Figueiredo Goulart, sobre o Relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim pela empresa MMX. Dezembro de 2008. Disponível em http://200.198.22.171/down.asp?x_caminho=reunioes/sistema/arquivos/material/&x_nome=Resposta_ao_Laudo_sobre_RIMA_-_Anglo_Ferrous_Minas-Rio_Minera%E7%E3o_S.A..pdf. Consulta em 18/11/2014.

ANGLO AMERICAN, Resposta a Recomendação Conjunta MPF/MPE/DPMG nº 6 datado de 13/07/2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/100477337/Resposta-a-Recomendacao-Conjunta-nº-6-MPF-DPMG-MPMG>>. Acessado: 10/11/2014.

BRANDT, Meio Ambiente Consultoria. Estudo de Impacto Ambiental. Lavra a céu aberto para produção de 56 milhões de toneladas de minério de ferro, tratamento de minério de Ferro. Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Elaborado para a MMX, 2007.

CANDIDO, Antonio. 1987. Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

CENTRO TECNOLÓGICO CETEC SENAI, Laudo Técnico nº 1/2014. Belo Horizonte, 22 de Setembro 2014.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM). Diário Oficial. Terça-Feira, 17 de Agosto de 2010.

DIVERSUS. Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06. Belo Horizonte, 2011.

DIVERSUS. Adendo ao Diagnóstico Socioeconômico Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID) da Mina da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. Belo Horizonte, 2012.

DIVERSUS. Estudo de Definição Sobre Comunidades/Famílias a Serem Reassentadas. Belo Horizonte, 2014.

FERNANDES, F. ALAMINO, R. & ARAÚJO, E. , Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos / Francisco Rego Chaves Fernandes, Renata de Carvalho Jimenez Alamino, Eliane Araujo (Eds.). - Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração (Mina). Maio, 2013

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS (GESTA), Comentários e Sugestões do GESTA/UFMG sobre Metodologia protocolada pela Diversus para apreciação na 78a. Reunião da URC Jequitinhonha. Outubro, 2013.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS (GESTA), Notas de campo Conceição do Mato Dentro, Julho, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Informação Técnica 06/2008 do Ministério Público Federal (MPF). Junho, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Informação Técnica 03/2009 do Ministério Público Federal (MPF). Novembro, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Informação Técnica No. 05/2010 do Ministério Público Federal (MPF). Maio, 2010.

MPF/MPMG/DPMG. Recomendação Conjunta Nº 2 de 16 de maio de 2012.

PEREIRA Denise, BECKER Luzia, & WILDHAGEN Raquel, Comunidades Atingidas por Mineração e Violação dos Direitos Humanos: Cenários em Conceição do Mato Dentro. In: Revista Ética e Filosofia Política, Nº 16, Volume 1, junho de 2013.

REDE DE ACOMPANHAMENTO DE JUSTIÇA AMBIENTAL DOS ATINGIDOS DO EMPREEDIMENTO MINAS-RIO DA ANGLO AMERICAN (REAJA). Denúncia de irregularidades do Projeto Minas Rio – Conceição do Mato Dentro- métodos escusos de negociação fundiária pela Anglo American fora do licenciamento. Conceição do Mato Dentro, 21 de Junho de 2014

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). Ata da 42ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, em 13/05/2010. Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>>. Acesso em 11/11/2014.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). Ata da 43ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 10/06/2010. Disponível em: <[www.semad.mg.gov.br/ copam/urcs/jequitinhonha](http://www.semad.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha)>. Acesso em: 11/11/2014.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). Ata da 49ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 09/12/2010. Disponível em: <[www.semad.mg.gov.br/copam/urcs /jequitinhonha](http://www.semad.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha)>. Acesso em: 11/11/ 2014.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSNTENTÁVEL (SEMAD). Ata da 77ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 18/09/2013. Disponível em: <[www.semad.mg.gov.br/copam/urcs /Jequitinhonha](http://www.semad.mg.gov.br/copam/urcs/Jequitinhonha)>. Acesso em: 10/11/ 2014

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSNTENTÁVEL (SEMAD). Ata da 78ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 22/10/2013. Disponível em: <www.semad.mg.gov.br/copam/urcs /Jequitinhonha>. Acesso em: 10/11/2014

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSNTENTÁVEL (SEMAD). decisão da 86ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, em 29/09/2014. Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>>. Acesso em 15/11/2014.

SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Técnico Único SISEMA N.º 001/2008. Processo COPAM N.º0472/2007/001/2007. 2008.

SISEMA. Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Técnico Único SISMEA N.º 002/2009, Anexo II – Planilha de Condicionantes, PA COPAM no. 472/2007/004/2009).

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Técnico Único SISEMA N.º 001/2010. Processo COPAM N.º0472/2007/001/2007. 2010.

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Técnico Único SISEMA N.º 1317868/2013. Processo COPAM N.º0472/2007/001/2007. 2013.

SUPRAM – Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Jequitinhonha. Parecer único n.º. 1317868/2013. 2013.

SISEMA- Sistema Estadual de Meio Ambiente. Vistoria Conjunta SISEMA-IBAMA-MPF. Auto de Fiscalização n.º S 0143/2010 S. 17-18-19 de Março de 2010.